

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

EDER FERNANDO DOS SANTOS

**DO DEBATE ENTRE FLORESTAN FERNANDES E
GUERREIRO RAMOS ACERCA DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS COMPÊNDIOS DE SOCIOLOGIA NA
DÉCADA DE 1930**

MARÍLIA-SP

2017

EDER FERNANDO DOS SANTOS

**DO DEBATE ENTRE FLORESTAN FERNANDES E
GUERREIRO RAMOS ACERCA DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS COMPÊNDIOS DE SOCIOLOGIA
NA DÉCADA DE 1930**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual Paulista – FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus – Marília, sob orientação do Prof. Doutor Marcelo Augusto Totti

MARÍLIA-SP
2017

Santos, Eder Fernando dos.
S237d Do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca da sociologia no Brasil: uma análise dos compêndios de sociologia na década de 1930 / Eder Fernando dos Santos. – Marília, 2017.
84 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcelo Augusto Totti.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.
Bibliografia: f. 85-90

1. Sociologia - Brasil. 2. Sociologia – Manuais, guias, etc. 3. Fernandes, Florestan - 1920-1995. 4. Ramos, Guerreiro 1915-1982. I. Título.

CDD 301.0981

EDER FERNANDO DO SANTOS

DO DEBATE ENTRE FLORESTAN FERNANDES E
GUERREIRO RAMOS ACERCA DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DOS COMPÊNDIOS DE SOCIOLOGIA
NA DÉCADA DE 1930

Dissertação para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Professor Doutor: Marcelo Augusto Totti (UNESP)

2º Examinador: _____

Professora Doutora: Simone Meucci (UFPR)

3º Examinador: _____

Professora Doutora: Angélica Lovatto (UNESP)

MARÍLIA-SP

2017

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos à minha Mãe, cujo apoio iniciou-se quando lhe dei a notícia de que eu havia sido aprovado na universidade pública, sem o seu apoio eu não poderia ter iniciado minha trajetória acadêmica. Agradeço aos meus irmãos Francisco e Claudio por compreenderem o meu desejo de adentrar a universidade mesmo quando eles diziam que a universidade não era o meu lugar e que eu deveria retornar, pois nossa condição não condizia com a realidade universitária. *In memoriam* a Elizeu Rodrigues Almeida, meu pai que faleceu durante o período em que esta pesquisa estava em andamento.

Agradeço também a Daniele Cattaneo, sua insistência para eu procurar algo que realmente fizesse sentido para minha vida foi fundamental para eu conhecer as Ciências Sociais. À Débora Balberde, que ao seu lado pude sentir o que realmente é companheirismo, com ela aprendi a me organizar e disciplinar academicamente, pois ela tinha o hábito de organizar suas atividades através de tabela semanal, isso foi fundamental para mim anos mais tarde. Agradeço também a Paula Minello, foi uma pessoa muito especial, obrigado pelo apoio e por acreditar em mim. Agradeço ao meu grande amigo João Victor Freitas Machado pela confiança e paciência nesses anos de vivência em Marília e aos meus amigos de república, Marcelo Bernardes, José Eduardo, Douglas e Gabriel. Agradeço à todos os professores da unidade, com eles pude construir um pensamento crítico e acadêmico indispensável para minha formação. Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – campus Marília. Ao Eduardo Kanashiro, pelo espaço de descontração. Ao Maicon e Léo pelos momentos de apoio. Aos meus amigos de infância, Bruno Mutterle, Juliana Balduino e Luciana Carlos. Aos meus dois grandes amigos Carlos Andreassa do Amaral e Denis Bueno. Agradeço também a Talita Ferranti pela motivação em momentos de tensão, pela compreensão de minhas obrigações extracurriculares e também por me auxiliar em momentos difíceis. Aos meus familiares e todos os amigos do bairro Zanaga. Meu sincero agradecimento ao meu amigo e orientador Marcelo Augusto Totti, que me amparou e orientou, com ele pude compreender meus erros e procurar supera-los.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) cujo apoio financeiro foi indispensável para a realização desta pesquisa.

Resumo

Nossa dissertação apresentará as análises dos manuais de sociologia dos anos de 1930, dos autores Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo. Para atingir nossos objetivos, fizemos um panorama sobre a longa jornada da disciplina no Brasil até sua institucionalização, em seguida demos destaque à contenda entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Nossa análise inicia-se da crítica estabelecida por Guerreiro Ramos à Florestan Fernandes, no debate do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954. A hipótese de Ramos se baseou na perspectiva da possível influência de correntes sociológicas europeia e norte americana nesses manuais e salientou que a sociologia brasileira deveria abandonar o caráter tradicionalista. Ramos alegou que havia vícios nos métodos da sociologia estrangeira, uma vez implantadas no Brasil. Dessa forma, o terceiro capítulo está destinado as análises desses manuais, para isso apoiamos em uma vasta bibliografia de autores que se debruçaram sobre o assunto. Portanto, coube a nós verificar em que medida a crítica feita por Ramos referente a influência da sociologia estrangeira, se configurava nos compêndios da década de 1930.

Palavras-chave: Sociologia brasileira. Manuais de sociologia. Florestan Fernandes. Alberto Guerreiro Ramos. Fernando de Azevedo.

Abstract

Our dissertation introduce the analysis of sociology handbooks in the years of 1930, the authors Delgado de Carvalho and Fernando Azevedo. For achive our goals, we made a panoramic about the long journey of discipline in Brazil until institucionalization,thereafter we prominence(highlight) quarrel bethween Guerreiro Ramos and Florestan Fernandes. Our analysis begin of critique in I Sociology Brazilian Congress, in 1954. Ramos´ s hyphotesis is basead in a possible influence of schackles european sociology and north american in handbooks and highlight that brazilian sociology should leave the tradicional nature. Ramos,claims that was the vice in foreigner sociology methodology ,once implated in Brazil. In this way, the third chapter be dedicated to analysis these handbooks. For this ,we support in a vast bibliography of the authors that lean over about the subject. Therefore,we will verificated the critical of Ramos made about the influence of Foreigner sociology in deacade of 1930.

Keywords: Brasilian Sociology. Sociology handsbooks. Florestan Fernandes. Alberto Guerreiro Ramos. Fernando de Azevedo.

*Quem me viu na universidade, pensa que o lumpemproletariado
havia chegado à universidade, não era o lumpemproletariado
que chegava lá, era eu, apenas eu.*

Florestan Fernandes

À Minha mãe Maria dos Santos

Sumário

Introdução	10
Capítulo I	17
1 Iniciação da sociologia em terra tupiniquim.....	17
Capítulo II	34
2 Florestan Fernandes e as suas propostas para o ensino de sociologia.....	34
2.1 As teses de Alberto Guerreiro Ramos para o ensino de sociologia.....	46
2.2 Sobre a Contenda	56
Capítulo III	60
3 Sociologia, a fênix das disciplinas brasileira: Das reformas à produção de manuais.	60
3.1 Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho: Trajetórias, manuais e o compromisso com a sociologia no Brasil	64
3.2 Considerações Finais	82

Introdução

A dissertação que iremos apresentar foi dividida em três capítulos: o primeiro explana sobre o surgimento da disciplina de sociologia no Brasil; o segundo atenta sobre as propostas de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos para o ensino de sociologia, bem como a famosa contenda entre esses autores. E o terceiro capítulo é destinado as análises dos manuais de sociologia da década de 1930 de Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo, a fim de detectar a crítica que Ramos elenca sobre a tradição sociológica no Brasil.

Assim, faremos um resgate ao passado colonial do Brasil com Wanderley Guilherme dos Santos, o qual procurou reconstruir nosso passado educacional chegando à institucionalização da sociologia.

No Brasil, a disciplina de sociologia foi conferida por Benjamin Constant na reforma de 1890 ao currículo escolar das escolas Normais¹ e integrada ao currículo no início da década de 1891, a qual possuía caráter introdutório, tornando-se alvo de várias críticas. Uma delas devia-se o fato de ser generalista, que conseqüentemente levaria a má formação dos professores/as que iriam lecionar, uma vez que não havia uma formação superior e uma política para tal. Desde então, nesse panorama, denota-se um marco de inclusão e exclusão da disciplina. No início do séc. XX, a reforma de 1890 passa por mudanças, como a retirada da sociologia do currículo, devido ao novo código de ensino unificado, no entanto, no ano de 1925, no estado do Rio de Janeiro, que ela é empregada pela primeira vez.

Apesar de iniciativas importantes, foram esparsas e não acompanhadas de uma política de formação de professores, pois em 1931, início da Era Vargas, ocorreu uma ampliação do ensino de Sociologia em todo o país por iniciativa do ministro da educação Francisco Campos, sem essa devida preparação. O fruto dessa política era perceptível na carência de formação dos profissionais, que

¹ Entenda-se escolas Normais por escolas de formação de professores/as.

se debutavam sobre a difícil missão de reger as cadeiras de sociologia. (MACHADO; TOTTI, 2013).

Florestan Fernandes (1959, p.35) elencou uma problemática ao referido tema em questão: “a preparação científica dos educadores se ressentia de seu caráter predominante ‘informativo’ e ‘livresco’. Em regra, falta-lhes domínio autêntico do ponto de vista científico”, ou seja, o problema destacado evidenciou a má formação dos educadores. E, para sanar esse problema, Fernandes (1959) apontou que uma das saídas era o trabalho conjunto entre cientistas sociais e educadores. Nesse sentido, Azevedo (1975), em seus escritos, apresentou como ocorreu esse processo de má formação profissional destacado por Fernandes:

Ao contrário do que se deu nos países hispano-americanos em que o ensino da sociologia começou, em geral, nas faculdades de Direito (de Ciências Jurídicas e Sociais ou Jurídicas e Políticas), foi pelo Colégio Pedro II e pelas Escolas Normais, do Distrito Federal, de Recife e de São Paulo, que se iniciou no Brasil, penetrando somente em 1933, no ensino superior, pela Escola Livre de Sociologia e Política, e em 1934 e daí por diante, no ensino universitário, com a incorporação do Instituto de Educação à Universidade de São Paulo, e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, - a primeira que se instalou, no país, com a fundação dessa Universidade. É certo que nas Escolas Normais de São Paulo e em outras de diversos Estados, em que criaram cadeiras dessa disciplina, o ensino da sociologia, entregue, nos começos, a professores em geral improvisados e autodidatas, e, portanto, a divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e a disputações escolásticas, se ressentiu profundamente por longo tempo da falta de especialistas devidamente preparados para esse magistério. (AZEVEDO, 1975, p. 320).

Contudo, em 1942, a disciplina foi retirada do currículo das escolas secundárias e permaneceu somente nas escolas Normais, consequências de uma reforma do sistema educacional, logo, o assunto tornou-se debate entre intelectuais, principalmente na década de 1950. Em 1954, ocorreu um marco histórico para a sociologia: o *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, quando então, os participantes travaram fervorosos debates acerca da obrigatoriedade do ensino de sociologia nas escolas secundárias. Um dos destaques desses debates foi Florestan Fernandes, que

fez uma explanação sobre a questão da educação brasileira que tangeu a introdução da sociologia nas escolas secundárias².

A sociologia, como vinha sendo aplicada nos anos iniciais de sua introdução, tinha a função de manter a ordem social, cunhando um desacerto entre “um ensino médio sem possibilidade de tornar-se um ‘instrumento consciente do progresso social’, isto é, incapaz de proporcionar uma ‘educação dinâmica’” (FERNANDES, 1955, p.98). Nesse sentido, o ensino de sociologia também não atendia as exigências intelectuais que foram impostas pela sociedade daquele período, sendo um ensino de caráter enciclopédico, que teria sido herdado via tradição acadêmica.

Alberto Guerreiro Ramos decorria a ideia de que a sociologia se institucionalizava de forma equivocada. Para o autor, a sociologia deveria abandonar o caráter tradicionalista, característica da lógica da sociologia de Florestan Fernandes, uma sociologia transplantada, a qual trazia referências externas, refletindo sobre problemas existentes de outros países e trazendo métodos que não se aplicavam à sociedade brasileira. A sociologia não poderia ser traduzida como mera obra literária dos escritos estrangeiros. Assim, necessitava ser totalmente envolvida com o pensamento brasileiro, calcada na realidade social e ter laços com as raízes nacionais, com o intuito de despertar nos jovens um pensamento franco, que consiste em:

O que se pede ao ensino de sociologia é que desenvolva no educando a capacidade de autonomia e de assenhramento³ das forças particulares da sociedade em que vive. O ensino da sociologia não deve distrair o educando da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país. (RAMOS, 1995, p.128).

Por sua vez, Fernandes entendeu que o ensino de sociologia prepararia os alunos para uma nova realidade a ser vivida no país, salientou que a função que o ensino secundário teria naquele período era a preparação dos jovens para o ensino superior, caracterizando o interesse em suprir uma demanda de intelectuais e

² Escolas secundárias era a denominação que se dava ao ensino médio no período.

³ O termo assenhramento descrito pelo autor, adquire sentido único, de promoção e independência da capacidade crítica a ser desenvolvida pelo educando.

educadores brasileiros das áreas das ciências sociais, pois, nas décadas de 1930 a 1960, ocorreu o surgimento de grandes universidades no país, logo, plausível de fomentar o ensino de sociologia naquele momento.

Mediante o debate travado entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, podemos identificar em Florestan Fernandes a argumentação do conhecimento numa ótica naturalista de modo positivo, ao passo que procurava validar a sociologia como uma ciência baseada na experiência, ou seja, empírica e de caráter indutivo⁴, a qual, como uso adequado de métodos pode-se verificar e apreender a realidade com objetividade, que, para ele, ser objetivo, era sinônimo de produzir conhecimentos novos.

Veremos uma discussão acirrada sobre a inclusão da sociologia, sua importância, interesses e preocupações, divergências e convergências, bem como, a tese de Guerreiro Ramos, sobre a implantação da sociologia e suas raízes que nos interessa à compreensão e desenvolvimento de nossa pesquisa. Em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, na segunda parte intitulada de *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Ramos regeu seu pensamento acerca do problema da sociologia brasileira, com base em sete teses que foram discutidas e votadas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em julho de 1953, nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, em que o mesmo era presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais.

As teses defendidas por Ramos (1995) tinham como elementos norteadores a defesa da construção de uma sociologia voltada para defesa dos interesses nacionais. Uma ciência sociológica devotada às causas nacionais, que não consistia no transplante literal de modo rigoroso por modelos científico-teóricos de países desenvolvidos, cujas pesquisas se empenhavam em detalhes da vida social. Nesse aspecto, a sociologia deveria se ater a investigação de aspectos gerais, parciais das estruturas nacionais e regionais. Podemos encontrar em Guerreiro, a ideia do trabalho

⁴Sobre essa questão, observar o texto de Totti (2011), que demonstra a arquitetura de Florestan Fernandes sobre a construção de um padrão científico que aliava o levantamento empírico redirecionado pelos alvos teóricos, diminuindo a temática e implementando o planejamento, controle e revisão com fins a intervir na realidade concreta.

sociológico atrelado às benfeitorias das populações⁵, que estão dependentes do alargamento industrial de suas estruturas nacionais e regionais,

o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o sociólogo deve aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos; (RAMOS, 1995, p 106).

Os questionamentos acerca da metodologia sociológica, da condição dos sociólogos, deveriam se atentar às questões de ordem reivindicadas sobre aperfeiçoamento e aprimoramento de questões sobre desenvolvimento das estruturas de seus países, todavia, os métodos e procedimentos nos países latino-americanos deveriam estar incorporados com seus respectivos recursos de ordem econômica, adjunto de técnicos com o nível cultural comum de suas respectivas populações. No exercício de fazer valer suas teses, Ramos direcionou seu pensamento para a questão da prática sociológica nos países latino-americanos e que, no caso, referiu-se a uma sociologia que caminhasse autonomamente, abandonando os laços umbilicais, o qual torna nossa sociologia um produto secundário da reação sociológica de cunho europeu e norte americano.

Entretanto, o que se viu na plenária do II Congresso Latino-Americano de Sociologia evidenciou que no Brasil, há pelo menos duas vertentes de aforismos sociológicos citados acima. Contudo, entendemos que, direta ou indiretamente, o *cerne* da sociologia de Ramos é de uma proposta salvadora, com intuito de renovar o social. No entanto, a experiência da realidade comum que vive o sociólogo, é o tornar capaz de empreender análises e soluções a fim de dar luz aos problemas vivenciados.

Neste caso, o problema de grande envergadura está na formação de sociólogos brasileiros, que incidia em via de regra, versando para o conformismo das

⁵Essa questão pode ser vista na cartilha do aprendiz de sociólogo, em que Ramos aponta a necessidade de colocar a industrialização como categoria sociológica, com vista a melhoria das condições de vida do povo.

teorias existentes, estudaram para auferirem com recursos prontos e quando confrontam com problemas da realidade local, retornariam às teorias como se fossem receitas, as quais beberam nos compêndios, conforme destaca o autor:

Um professor de anatomia, toda vez que explicava certa parte do esqueleto, comparava determinada depressão óssea com uma moeda de cinco francos. Era assim que estava no livro francês e lhe parecia provavelmente ridículo dizer um tostão em vez de cinco francos. Sei de outro dia, diante dos alunos, com uma rã descerebrada, fez uma experiência para demonstrar as leis dos reflexos elementares de Pflüger. Ocorreu, numa primeira tentativa, que as reações do animal não coincidiram com as descritas no livro. Repetiu a experiência, e a mesma discordância. Então deu de ombros, como quem diz: o animal está errado. (RAMOS, 1995, p.128 – grifos do autor).

Segundo o autor, há indícios de que a instrução do aprendiz de sociólogo no Brasil “foi procedida de modo análogo” contribuindo para ser “adestrado para pensar por pensamentos feitos”, isso atrapalharia os estudantes, pois estavam procurando métodos ou receitas, que foram desenvolvidos e aplicados em lugares totalmente estranho à realidade brasileira, seja por fator econômico, político, dentre outros motivos, que, “incapacitam os estudantes para exercício funcional de uma atitude sociológica”. (RAMOS, 1995). O oposto da perspectiva teórica de Florestan, Ramos acreditava que proposições do sociólogo uspiano acarretavam em vícios de atributos que possuíam características contrárias entre sujeito e objeto, superioridade empírica, detrimento da intencionalidade dos seres humanos nos acontecimentos e coisificação, dentre outros atributos. Assim, tal posicionamento, distorcia a atuação dos seres humanos na história, tornando os seres singulares, ao passo que relativiza as ações humanas. Dessa maneira, Florestan e seus discípulos seriam incapazes de produzir uma sociologia com capacidade transformadora, o que para Ramos só seria possível através da mediação por meio da práxis.

Dessa forma, cabe-nos observar em que medida a crítica feita por Ramos referente a influência da sociologia estrangeira, se configurava nos compêndios da década de 1930. Assim, o nosso objeto de pesquisa, são os compêndios de sociologia da década em xeque. Nossa hipótese é baseada na crítica estabelecida por Ramos em relação ao estrangeirismo presente nos compêndios. Posto isto, nosso trabalho

foi verificar em que medida há uma influência e/ou hegemonia estrangeira nesses compêndios? Quais são as vertentes presentes nesses manuais? O que isso pode ter influenciado nos processos históricos de institucionalização da sociologia? Pois, a sociologia vinha se institucionalizando na década de 1930 e cunhou a necessidade da exposição e reflexão dos métodos e técnicas de pesquisa. Contudo para Ramos, a problemática decorre devido a essa nova tradição que se distanciava dos problemas do país, para tanto, essa disseminação derivava nos compêndios de sociologia, os quais, Delgado de Carvalho com *Práticas de Sociologia* e Fernando de Azevedo com *Princípios de Sociologia*, são exemplos patentes da premissa apontada pelo autor. Desse modo, nosso objetivo é detectar como os compêndios desses autores incorporam teses de autores estrangeiros de forma transplantada ou recontextualizada.

Para que isso se concretizasse fizemos um vasto levantamento bibliográfico sobre os temas em questão, utilizamos o método histórico dialético para analisar os fatos históricos relacionados ao assunto, ou seja, procuramos através do nosso conhecimento sobre os manuais, examiná-los à luz da racionalidade, trazendo à tona os seus fundamentos condicionantes presente nos compêndios, bem como, os seus limites traçando ao mesmo tempo os processos históricos sobre o assunto. Compreendendo assim as estruturas problemáticas tal como Ramos havia alertado.

Capítulo I

1 Iniciação da sociologia em terra tupiniquim

Ao descrever a história da sociologia no Brasil é importante entendermos o quadro emblemático da formação das Ciências Sociais no país, bem como o seu caráter representativo na formação do pensamento social e político brasileiro. Sendo assim, em meio ao surgimento de autores que se debruçaram para analisar a sociedade brasileira, demarcou-se um período de consenso e controvérsias que definiram seus valores teóricos sobre a explanação dos estudos sociais no Brasil, como no caso de Wanderley Guilherme dos Santos⁶, que explana sobre os estudos da sociedade desde o Brasil Colônia, com o olhar totalmente diferenciado de outros autores clássicos que se debruçaram sobre o assunto como Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, sobre a história das Ciências Sociais no Brasil.

Wanderley Guilherme dos Santos, em *“paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”*, um texto de 1978, sustenta a premissa baseada em dois processos importantes que contribuíram para a formação das Ciências Sociais no Brasil. O primeiro é a absorção e o segundo a difusão interna, ambos os processos estão relacionados aos progressos metodológicos provenientes de centros culturais. Estes por conseguintes, frutos de movimentos da história política, econômica e social que conseqüentemente desembarcaram em nosso território com a chegada da Colônia Portuguesa ao Brasil.

Santos propõe em seus estudos sobre a formação do pensamento político e social brasileiro a interação e reflexão entre o passado e presente do Brasil, pois nessa

⁶ Wanderley Guilherme dos Santos, graduou-se em filosofia em 1955, logo interessou pelas Ciências Sociais e mais ainda por uma disciplina específica, o pensamento político social brasileiro. Transferiu-se para o programa de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade de Stanford. A partir daí, dedicou-se à investigação pela história do pensamento político social brasileiro, focando em temas como: a emergência do sistema democrático ocidental; as condições de crise política; os processos de competição eleitoral e renovação parlamentar. Também, foi um dos jovens representantes do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), atualmente é presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

perspectiva: “a reflexão sobre os processos sociais é, em qualquer cultura, fruto da relação simultânea que a sociedade entretém, com seu passado e presente e com o presente de outras comunidades” (SANTOS, 1978, p.19). Desse modo, o risco que se apresenta, configura na qualidade e repercussão do que é transferido, ou seja, o conteúdo transmitido e como seria absorvido pela sociedade estava submetido as regras do Estado português, logo, a pergunta que se deve fazer é, como ocorreu essas transmissões culturais?

Para entendermos a configuração do pensamento político e social na ótica de Santos, precisaremos compreender como se figurou a formação do Brasil, repassando pelo seu descobrimento e até mesmo um pouco da história de Portugal.

Também, relembremos um trecho da história Portuguesa, na qual não pode ser vista de modo harmônico quando se trata do seu próprio desenvolvimento como nação⁷. A ascensão econômica portuguesa foi datada entre o final do século XV e início do século XVI, nesse período ocorreu o início do declínio do período feudal. Porém, durante essa fase Portugal não se desenvolveu plenamente como sua burguesia mercantil desejava, tais como, outros países da Europa se desenvolveram industrialmente e economicamente, pois, entrou em cena o movimento de contra-reforma⁸ marcando um período de retrocesso. Esse movimento⁹ pedia a volta da escolástica, cujo o caráter é reacionário e oposto a todos os avanços que vinham ocorrendo em Portugal – avanços promovidos pela burguesia industrial em formação, como nos setores marítimo, comercial, tecnológico, migração, entre outros.

Desse modo, a disputa entre a Coroa e os mercadores aumentou e os efeitos da segunda escolástica foram a estagnação das forças econômicas, que estavam em ascensão e que viriam a contribuir para o crescimento do capitalismo industrial em

7 Uma das primeiras comunidades humanas a se organizar como nação, no sentido moderno do termo, lidera juntamente com a Espanha o período de transformações que marca efetivamente o fim da era feudal e que precede à grande transformação capitalista burguesa. (SANTOS, 1978, p.20).

⁸ Acrescentar estudos sobre o tema.

⁹ [...]contrário as ciências – quer sob sua forma racionalista cartesiana, quer sob sua forma empirista saxônica -, contrário à secularização dos costumes e ao humanismo individualista do movimento renascentista, e uma forma econômica e social de acumulação de riquezas na qual o grupo mercantil, interessado nos negócios das descobertas e das grandes navegações marítimas, alia-se à nobreza fundiária, ambos estreitamente caudatários da monarquia antes que em oposição a ela. (SANTOS, 1978, p.20)

formação e a interrupção da produção de conhecimento científico. Portanto, essa etapa é marcada pelo obscurantismo religioso, que travou tal avanço por quase dois séculos. Conseqüentemente, foi nessa fase da segunda escolástica portuguesa que desenrolou o nosso passado histórico com a Coroa e colonos¹⁰ portugueses.

O movimento de contrarreforma refletiu no Brasil Colonial uma forte resistência católica no âmbito cultural¹¹, em que predominou o espírito jesuítico¹². Fernando de Azevedo comenta que,

uma das conseqüências, porém, certamente a mais larga e a mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer, fornecendo uma base ideológica, lingüística, religiosa e cultural à unidade e à defesa nacionais. (AZEVEDO, 1976, p. 42)

A gana pela dominação e doutrinação do território brasileiro por parte dos portugueses foi tão intensa, que, nas palavras citadas por Azevedo percebemos a movimentação ideológica que fora preparada pelos jesuítas. Essa ideologia cristã ficou impregnada em nossa sociedade, exemplo disso é a inclusão do ensino religioso no currículo escolar de algumas escolas de nosso país, que mesmo sendo optativa ainda encontramos inúmeras escolas com a disciplina na grade curricular. Também, persistem casos de orações cristãs, confundindo-se ou deturpando a função social da escola, uma vez que, ela é o espaço de construção de conhecimento e não de orientações religiosas, lembrando que o Estado é laico e não podemos perder o

¹⁰ Assim, a dominação adquiria perante as regras jurídicas um caráter político e legal. Por outro lado, os colonizadores eram submetidos aos anseios das Coroas de Portugal e Espanha, servindo as, como vassallos e dedicando obediência e fidelidade. (FERNANDES, 1973, p.13)

¹¹ [...] através do mesmo monopólio ideológico, quando não organizacional, do ensino. Para os recalcitrantes restava a santa inquisição, zelosa, cuidante, a exercitar a rotina da fiscalização dos espíritos, a censura, a vigilância das bibliotecas, de que não escapavam os senhores de engenho, e mesmo, caso necessário, a queima na fogueira. Em todas tentativas de rebelião contra o estatuto colonial que explodem no século XVIII, são evidências da acusação a posse de livros opúsculos e folhetos proibidos em Portugal e especialmente no Brasil, embora de curso livre no resto da Europa. (SANTOS, 1978, p.22).

¹² É sobretudo, durante o predomínio desta segunda Escolástica Portuguesa – aproximadamente a partir do segundo quartel do século XVI até o último do século XVIII – que se desenrola a história colonial do Brasil. A segunda Escolástica Portuguesa encontra seu suporte institucional mais importante na companhia de Jesus, organizada definitivamente em 1539.(SANTOS, 1978, p.21).

sentido e o significado do que é a escola¹³. Porém, mesmo que hoje seja considerado um atraso esse legado jesuíta em relação a educação religiosa que eles nos deixaram, por outro lado, para Santos devemos à Portugal a formação dos nossos primeiros cientistas e letrados. Esses, por sua vez pensariam de modo oportuno a liberdade da colônia. Entretanto, devemos recordar que a nossa independência não passou de um acordo, não teve a população mobilizada para expulsar os colonos, como em outros países da América Latina. Contudo, a maneira como foi conduzida nossa independência em relação aos demais países da América Latina não será o *cerne* da nossa apresentação. O que nos interessa são os letrados, que ao retornarem de Portugal para o Brasil, trouxeram em suas bagagens a influência do movimento de oposição a escolástica.

Esse movimento foi liderado por Marquês de Pombal e obteve ao final do século XVIII, a reforma universitária em Portugal. Com a reforma, o pensamento baseado na investigação científica tornou-se liberto, além disso, abriu espaço para as ciências modernas e para a criação de inúmeras faculdades. Esse feito português refletiu em nossa sociedade, dessa vez, de maneira positiva. Assim, pós a independência do Brasil, o espírito da reforma universitária portuguesa rondou o país, reivindicando tudo aquilo que foi negado pela repressão religiosa, inclusive um espaço no meio intelectual mundial, pois, anos de retrocesso impediram o crescimento dos intelectuais no país. Desse modo, o Brasil se lançou para o cenário intelectual em meados do século XIX, esse feito também da notoriedade à autores que faziam estudos sobre a sociedade. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos,

Após a independência do Brasil, em 1822, inicia-se nova fase na história nacional e, conseqüentemente, na evolução da reflexão sociológica e política. Redefinem-se os termos da relação da comunidade brasileira com seu próprio passado e com o presente do mundo, isto é, princípios do século XIX. Antes de tudo, necessita a recém-criada nação aparelhar-se para a vida organizada independente, para o autogoverno, e para as relações com as outras

¹³ Escola também é espaço de socialização e religião faz parte dessa socialização, entretanto, não aceitamos a proliferação e defesa de uma só religião ainda mais quando a mesma é difundida por professores e diretores no interior da escola, pois, entendemos que o Estado é laico e a Escola também, logo, sem interferência e imposição religiosa nos estudos. Manter-se neutro sobre essa questão é sobretudo respeitar quem faz parte de outras doutrinas religiosas.

nações. A evolução do pensamento político e social ficará, como é claro, na atividade científica, a qual exibiu um juízo implícito sobre as ciências sociais e sobre sua relevância para a estruturação do novo país. (SANTOS, 1978, p.23)

Apesar de ocorrerem estudos no início do século XIX que analisavam as sociedades, a sociologia como conhecemos nos dias atuais ainda não possuía um caráter universitário¹⁴ com os rigores metodológicos, isso só ocorreu no final do século XIX na França¹⁵ e no segundo quartel do século XX no Brasil. Foi em 1919 que tivemos a primeira Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1933 inaugurava a Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, em seguida a Faculdade de Filosofia e Ciências da USP (Universidade de São Paulo) no ano de 1934.

Para Santos, as Ciências Sociais são confluente de dois procedimentos: o primeiro é a partir da complexidade da sociedade e o segundo o desenvolvimento já consolidado dessa área de conhecimento. O que isso pode nos significar?

A complexidade da sociedade brasileira cria uma exigência em produzir um conhecimento que seja capaz de intervir racionalmente nas relações sociais. Quanto a consolidação da área de conhecimento, que seja ela capaz de responder aos anseios do andamento social, ou seja, essas duas características se engendram a partir das necessidades de cada processo. Para o autor, no Brasil isso ocorre exatamente com “[...] à desagregação da sociedade patrimonial escravista, e concomitante aparecimento e diferenciação da sociedade de classes, e à absorção da parafernália metodológica e técnica própria do trabalho científico moderno. (SANTOS, 1978, p.32).

Já na ótica de Florestan Fernandes (1976), o período de desenvolvimento da Ciências Sociais no Brasil é dividido em três partes. Na primeira ele define a sociologia

¹⁴ [...] o embrionário sistema universitário brasileiro, criado imediatamente após a chegada da família real portuguesa ao Brasil[...] (SANTOS, 1975, p.24).

¹⁵ A primeira cadeira de Sociologia só vai ser criada em uma instituição universitária em 1887. Isso ocorreu na Universidade de Bourdeaux, na França, e estava associada à educação. O primeiro cientista a ocupá-la, até o final da sua vida, em 1917, foi Émile Durkheim. Assumiu a cadeira quando contava então com 29 anos (CARVALHO, 2004, p. 18).

como caracterizada pelo uso parcial, somente para esclarecer certos fatos e é datada ao final do século XIX. No segundo período, a sociologia é isenta de racionalidade, uso do pensamento racional para explicar as condições sócio históricas da sociedade brasileira, ainda que adere a um sistema mais complexo de análise pragmática e é datada no encetamento do século XX. Na terceira fase, apresenta-se como sistematização do trabalho científico, que se assemelha a sociologia que conhecemos nos dias atuais e é datada no segundo quartel do século XX, com a criação da USP. Curioso notar, que, para Santos a investigação sobre a formação do pensamento político e social ou sociológico brasileiro, também possui três características, entretanto, não são iguais as propostas pelo Florestan. Santos as definiu como matriz institucional, matriz sociológica e matriz ideológica. Tanto essas matrizes quanto as fases da sociologia defendida por Fernandes, aparecerão no decorrer desse capítulo.

Assim, para Florestan Fernandes (1976), a sociologia se integrou no meio sociocultural brasileiro juntamente com as transformações de estrutura e cultura que modificariam o sistema institucional do país, principalmente nas áreas mais industrializadas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa maneira, o sistema escolar e a divisão do trabalho também sofreriam alterações que requisitariam uma nova reformulação desses modelos, sendo assim, estimulariam a especialização da sociologia, bem como a consolidação das pesquisas no ensino.

A sociologia brasileira foi se desenhando no país com a participação de alguns juristas e médicos em meados dos anos de 1880, responsáveis por interpretar a sociedade até então. As análises feitas por eles, partiam da conjuntura política e econômica, esses interpretes ao longo de suas experiências dentro desse campo, aproximavam-se do cientificismo, que caracterizaram as fundamentações baseadas na reconstrução histórica do Brasil, tais como, as questões de raça, um legado que prevalece ativo nos sociólogos brasileiros.

A fim de localizar de modo cronológico, relembremos de maneira sucinta alguns pioneiros do pensamento social brasileiro, como por exemplo, Clóvis Bevilacqua

(1859-1944)¹⁶ que elaborou estudos, aperfeiçoou-se e criou sua fórmula de estudar a sociedade brasileira por meio de recortes do passado que eram adaptados para uma reflexão do presente. Era um estudo simplista, galgado na intuição e se fundia com o retórico. Esses estudos abriram margem para “as obras capitais de Alberto Torres (1865-1917)¹⁷, Oliveira Viana (1883-1951)¹⁸, Gilberto Freyre (1900-1987)¹⁹, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)²⁰ e Caio Prado Junior (1907-1990), academicamente indefinidos entre Sociologia e História”. (CANDIDO, 2006, p.273). Silvio Romero (1851-1914)²¹, foi um dos principais contribuintes e precursores da sociologia no Brasil, cunhou direções para os estudos sociais no país, dialogando acerca da evolução cultural. Tobias Barreto (1839-1889)²², conduziu seus estudos deixando de lado os vícios dos positivistas, alegou que as leis sociais não são de ordem natural. Fausto Cardoso (1864-1906), surgiu como uma das figuras que engrossou o caldo na contribuição da formação da sociologia na virada do século XIX para o XX, tentou aplicar suas teorias no campo do direito, uma de suas teses principais foi a mudança social pela dialética dos conservadores.

Por conseguinte, deram continuidade a esses estudos do final do século XIX, Lívio de Castro (1864-1890)²³, que era médico e conciliou seus estudos sobre antropologia física e fisiologia nervosa às suas pesquisas sociais, por meio “de extrapolações baseadas na craniometria de Broca” (CANDIDO, 2006, p.275) aceitas com controversas no período, essa teoria determinava uma inferioridade intelectual

¹⁶ Suas principais obras relacionadas ao pensamento social brasileiro são: Estudos de Direito e Economia Política do ano 1883; A Concepção de Sociologia de Gumplowicz publicado 1895; Silvio Romero de 1905 e em defesa do código civil brasileiro publicado em 1906.

¹⁷ O problema Nacional Brasileiro de 1912 e A organização Nacional publicada em 1914 são suas principais obras.

¹⁸ Oliveira Viana fez investigações acerca da evolução social brasileira, suas principais obras são: Populações Meridionais do Brasil que foi publicado no ano de 1920; O Idealismo na Evolução Política do Império e da República (1922); Evolução do povo Brasileiro de 1923 dentre outros.

¹⁹ Publicou em 1940, O mundo que o Português criou; em 1945 foi a vez de Sociologia; no ano de 1947 Interpretações do Brasil, mas, sua principal obra é Casa Grande & Senzala de 1933.

²⁰ Publicou várias obras dentre elas, Raízes do Brasil de 1936, em 1961 foi a vez de História Geral da Civilização Brasileira e no ano de 1972 publicou Do Império à República.

²¹ Silvio Romero possui uma vasta bibliografia e na perspectiva sociológica sem dúvidas que Provocações e Debates: Contribuição para o Estudo do Brasil Social (1910) e O Brasil na primeira década do século XX (1912) são as obras mais importantes para as Ciências Sociais.

²² As principais obras são: Ensaio e Estudos da Filosofia Crítica (1875) e a Escravidão (1868).

²³ Alucinações e Ilusões é sua tese de doutoramento e foi publicado no ano de 1889, o restante de suas obras são póstumas.

por intermédio de uma evolução filogenética. Partindo desses princípios, uma de suas principais obras foi sobre o papel da mulher na sociedade, na qual sua ideia central era a inferioridade da mulher em relação ao homem. Para ele, a mulher vive em um ambiente restrito, como sexo alienado da história. Assim, esses fatores de ordem cultural interferiam na evolução biológica da mulher.

De certo modo, esses autores que se propuseram a pensar sobre a sociedade brasileira na virada século XIX para o XX, resgatavam em suas análises os entraves históricos dos países da América Latina, como as suas independências e os movimentos pela abolição da escravidão. Entretanto, por longo período após o fim da escravidão em cada um desses países, o escravismo continuava como prática ilegal, assim, surgiram estudos sobre o negro e o índio. Posteriormente, surge a preocupação de estruturar a política e a formação do Estado brasileiro, bem como, a economia atrelada ao desenvolvimento industrial, como dito em páginas anteriores, pós a independência do Brasil. Ainda, temos a forte influência das correntes europeias e norte americana, como o iluminismo francês, o evolucionismo, o determinismo biológico e principalmente o positivismo, que permearam esses autores citados, muitos deles auxiliaram no desenvolvimento desejado do país.

Ao passar do tempo abriram-se possibilidades para outras pesquisas de cunho sociológico, talvez, um dos mais geniais seja Euclides da Cunha (1866-1909)²⁴, pois observou diretamente a Guerra de Canudos e descreveu a característica social e geográfica que os sertanejos enfrentavam, bem como, o espírito de hierarquia dos republicanos, com isso, detalhou dois Brasil distintos, um interiorano e atrasado e o outro litorâneo e desenvolvido. Assim, *Os Sertões* (1902) traz um marco histórico, tanto para o pensamento sociológico brasileiro quanto para o literário.

Além desses estudos de caráter sócio-geográficos, temos também os estudos generalizantes e nacionalistas de Alberto Torres, que tinha uma preocupação fecunda com o povo e imbuía ao Estado a tarefa fundamental de organização e decisão dos rumos da política no país, por meio de um Estado forte que se sobreponha aos anseios

²⁴ Suas principais obras em torno da investigação social foram: *A Guerra no Sertão de 1899*; *As secas do Norte* (1900) e sua principal obra *Os Sertões* (1902).

da população. Torres preconizava um desenvolvimento com características nacionais e agrárias devidos as fatalidades históricas e geográficas do nosso país.

Desse modo, percebemos que os estudos desses autores apresentados acima, coincidem muito com o que Florestan Fernandes (1976) atribuiu de primeiro estágio da sociologia no Brasil e o que Wanderley Guilherme dos Santos salientou sobre procedimentos indispensáveis para a evolução das Ciências Sociais.

Vejamos que para o primeiro autor, esses esboços são simplesmente o pontapé inicial para a guinada da sociologia no Brasil, ainda considerou que há uma certa parcialidade nas análises desses autores e por esse motivo não podemos conceber essas obras como fruto da erudição sociológica, pois, apresentam um caráter histórico, especulativo e autodidata. Os estudos realizados durante o declínio da ordem escravocrata, não passaram de especulações para Florestan.

Já para Santos, devido à complexidade da sociedade em constituir um “saber capaz de permitir a intervenção racional nas interações sociais; e de outro, é também indispensável que a disciplina já se tenha de tal modo desenvolvido que possa responder ao desafio e às exigências do processo social.” (SANTOS, 1978, p.32), é plausível de ser considerado como estudos sociológicos sim, pois um relato histórico tem valor científico, o qual, podemos analisar o movimento histórico e dialético de qualquer período, ou seja, servem de evidências para analisarmos o desdobramento empírico da história real.

É por isso que Wanderley Guilherme dos Santos enquadrou Florestan Fernandes, como um autor de matriz institucional, pois, para Florestan a “organização, classificação e avaliação da evolução do pensamento social brasileiro” (SANTOS, 1978, p.29) só é possível se for baseado em marcos organizacionais. Como por exemplo:

Para Djacir Menezes e Florestan Fernandes, a oficialização dos Estudos Sociais no Brasil, sob forma de sua organização burocrática universitária, coincide com a difusão de técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista -, e assinalam a passagem no tempo do período pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil. (SANTOS, 1978, p.30)

Florestan, entende que o caráter científico só é válido a partir do momento em que se institucionaliza a sociologia, marcando o rompimento entre o pré-científico e o científico das produções intelectuais no Brasil. Funciona da seguinte maneira, antes da institucionalização da sociologia produzia-se ensaios e posteriormente a institucionalização produziram ciência, podendo-se apenas aproveitar o viés empírico e informativo dessas obras, mas faltava-lhes o domínio científico, o procedimento metodológico e o rigor nas análises. Desse modo, para Santos,

Fernandes estipula que o aparecimento do saber racional como esfera dinâmica da vida social, depende da mobilidade material da vida da coletividade. Na sociedade escravagista brasileira, continua Fernandes, os próprios fundamentos da sociedade impediam a constituição de um saber daquele tipo. Com a industrialização e o aparecimento das classes a sociedade se organiza de tal modo que requer a constituição de um saber racional para dar resposta aos problemas colocados por essa nova sociedade. (SANTOS, 1978, p.31-32).

Nesse sentido, para Florestan, a sociedade em questão não dava conta de produzir ciência, aliás, não poderia produzir ciência devido ao seu modo de organização que não atendia as expectativas de uma sociedade desenvolvida industrialmente. Mas, ele não levou em consideração essa movimentação histórica, a dialética desse movimento gerou conhecimento e todo conhecimento é plausível de ser transferido, pois, toda sociedade é pautada nas relações sociais de troca, sendo assim, todas as sociedades são permeadas pela transferência de conhecimento. Assim, consideramos que toda forma de conhecimento também é uma ciência. Ou seja, as análises feitas nesse primeiro momento, podem ser consideradas ciência.

Referente ao ponto em que Florestan denominou de segundo estágio da sociologia, no qual,

Ela frutifica durante o primeiro quartel do séc. XX, tanto sob forma de análise histórico-geográfica e sociográfica do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social. (FERNANDES, 1976, p.27).

Os autores desse segundo período estavam comprometidos de maneira mais pragmática em suas pesquisas, trazendo no bojo de seus trabalhos um olhar histórico, no qual procuraram estabelecer uma intervenção para as questões sociais vividas durante este período. Como por exemplo, no caso de Silvio Romero que passou por uma digressão do modelo monográfico da primeira fase, para uma explanação mais sistêmica do real em seus trabalhos. Esse era o desejo na época, caminhar para a institucionalização e sistematização da sociologia, era notório o crescimento desse anseio nos meios intelectuais brasileiros, tanto que, Fernando de Azevedo²⁵ e Delgado de Carvalho²⁶, junto com outros que estão apoiados pelo movimento escolanovista²⁷, deram os primeiros passos para o caminho da institucionalização da sociologia no Brasil. E em,

meados da década de vinte, quando foram criadas as primeiras cátedras de Sociologia em Escolas Normais (1924-25), enquanto disciplina auxiliar da pedagogia, dentro do esforço democratizante do movimento reformista pedagógico que tem sua expressão maior no movimento da Escola Nova. (LIEDKE²⁸, 2005, p.380)

Com a movimentação em prol do escolanovismo, surgiu a circulação de manuais sociológicos de pensadores como Durkheim e Dewey, o próprio Fernando de Azevedo em texto que discute as ciências no Brasil ratifica a importância de ambos e de seus escritos. Para Azevedo “decisivamente tanto para a difusão desses conhecimentos, pelo e por livros, entre os quais a *Sociologia* (1931) e a *Sociologia*

²⁵ Fernando de Azevedo, cujo intelectual “ficou conhecido na década de 1920 por sua atuação à frente da instituição pública do Rio de Janeiro. É dali que empreende a reforma educacional de 1926” (BOMENY, p.234).

²⁶ No Brasil, atuou em várias áreas, entre elas Geografia e História, ainda, lecionou no Colégio Pedro II, o qual foi designado à cadeira de Sociologia. A partir deste momento, ele se torna uma referência daquele período, sendo um dos pioneiros da sociologia brasileira.

²⁷ Vide Anísio Teixeira, Por que “Escola Nova”? *Escola Nova*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, out. 1930a. e Fernando de Azevedo, A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

²⁸ Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972), Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1972), Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1977) e Doutorado em Sociologia - Brown University (1990). Professor Colaborador Convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004-2009). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em História da Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ciências sociais no Brasil, sociologia do desenvolvimento, sociologia brasileira, sociologia da sociologia e sociologia no Brasil. Texto extraído da plataforma Lattes.

educacional (1933)” e sobre ele destacou que sua contribuição ao “desenvolvimento da sociologia no Brasil não proveio apenas de suas ideias e de seus métodos expostos em várias de suas obras como *Princípios de Sociologia* (1935) e *Sociologia Educacional* (1940)”, (AZEVEDO, 1994, p.436), mas também de suas iniciativas como reformador do ensino, mestre e formador de várias gerações.

Também, podemos afirmar que o fator industrialização contribuiu significativamente para a efetivação da sociologia, pois em 1918 ocorre o primeiro lapso de industrialização adjunto com a primeira Guerra Mundial, tendo então, São Paulo e Rio de Janeiro como os primeiros grandes pólos industriais e comerciais, conseqüentemente, abriram margem para os estudos e pesquisas, não só na área de pensamento social, mas em vários setores científicos, o que caracterizou uma revolução no meio intelectual.

Por sua vez, Fernando de Azevedo ficou bastante conhecido, foi convidado por um grupo para discutir sobre uma suposta criação de uma universidade na capital paulista, que viria a ser a USP (Universidade de São Paulo), as questões discutidas por esse grupo eram a respeito do padrão científico almejado pela sociedade acadêmica. Segundo Totti²⁹, esse grupo foi denominado como grupo de Estado e participavam dele jornalistas, intelectuais e políticos que eram articulados com o jornal *O Estado de São Paulo* para a manutenção dessa questão,

[...] estava preocupado em remodelar a sociedade da época e apontava a Universidade como fator catalítico desse processo, mas não simplesmente qualquer Universidade, fazia-se necessário uma universidade moderna, baseada nos mais sofisticados padrões de ensino e pesquisa [...] (TOTTI, 2009, p.48).

²⁹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), mestrado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estado Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Atualmente é professor assistente Doutor lotado junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC/Unesp-Campus de Marília, é líder do grupo de pesquisa Intelectuais, esquerdas e movimentos sociais e pesquisador do grupo de pesquisa em Ensino, Cultura e Ideologia na Educação Básica da Zona Urbana e Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, pensamento social e educacional no Brasil. Texto extraído da Plataforma Lattes.

E, para seguirem esse ideal, eram necessários professores de qualidade, a altura de uma universidade europeia, ou seja, precisariam importar professores estrangeiros para seguir um modelo científico rigoroso. Mais tarde, esse feito levou o nome de missão francesa³⁰, desse modo, para Totti, essas missões seriam o “alicerce da implantação de um modelo científico no país, tendo em vista que as ciências sociais no Brasil, não haviam se desenvolvido suficientemente para empreender um modelo sólido de remodelação, análise e solução dos problemas nacionais.” (TOTTI, 2009, p.49).

Nesse sentido, o que também estava em voga por trás da criação da USP, era o trabalho de formação de uma sociedade democrático-liberal, entretanto, essa formação é sectária, visando apenas a formação de uma classe, as elites intelectuais, assim, caberiam somente a elas a função de solucionar os problemas do país. Porém, o mais interessante nesse contexto foi compreender o que estava por trás da criação desse modelo de universidade. O fato é, por conta de uma oligarquia que foi predominante no Brasil,

a submissão do homem do campo ao controle do coronel, a democracia brasileira estava dependente das oligarquias, que impunham uma visão particularista, essencialmente privada aos grandes interesses nacionais, impedindo o desenvolvimento do país para uma democracia moderna. (TOTTI, 2009, p.50).

Dessa maneira, a elite intelectual já não participava mais das decisões políticas no Brasil, pois já havia consolidado o rompimento dos laços com os republicanos. Uma das saídas para ela voltar à direção dos negócios públicos era com a criação de um projeto que visava enaltecer a elite³¹, dando participação a ela novamente. É aí que surgiu a figura de Fernando de Azevedo, nas palavras de Totti, “Diante dessas preocupações, o *grupo do Estado* encomendou de Fernando de Azevedo um inquérito sobre a situação da instrução pública no Estado de São Paulo, que ficou conhecido

³⁰ Professores estrangeiros que vieram lecionar na então Universidade de São Paulo.

³¹ Ao propósito desse fato, Limongi (1989) destaca que nos primeiros anos da USP foram de fracasso na empreitada de formação elites, as fontes estudadas pelo autor demonstram que parte dos filhos da elite paulistana continuou a frequentar as mesmas faculdades que seus pais, não obtendo êxito nos 4 primeiros anos pesquisado de sua existência.

como o Inquérito de 1926.” (TOTTI, 2009, p.53). A partir daí, Azevedo é encarregado de notificar sobre as questões educacionais do país, ainda, elaborou um projeto político que atendia as expectativas do então denominado *grupo de Estado*. Esses fatores foram contundentes para a elite estabelecer novamente seu posto na política brasileira.

Desse modo, o que Florestan Fernandes caracterizou como segundo estágio da sociologia, cuja característica desse período foi o aperfeiçoamento da análise histórico pragmático e que, estaria muito próximo do rigor acadêmico desejado, na verdade, não passou de interesses políticos de uma elite que perdia as rédeas em meio ao cenário representativo e político do país. Daqui em diante, esse período também é tido por muitos como ponto chave da história do pensamento social brasileiro, pois é na década de 1930 na escola de sociologia e política de São Paulo e logo depois em 1934 com a criação da USP, que a sociologia se estrutura significativamente como ciência no Brasil, podemos dizer que, de certo modo o grupo do Estado obteve seu primeiro êxito.

O papel da USP nesse contexto foi de grande importância, pois, com os desdobramentos acerca da nova ordem cultural, intelectual e política, o grupo do Estado precisava efetivar os objetivos da elite intelectual paulista. E assim, firmaram contrato com experientes professores formados na França, para ministrar aulas na recém-criada Universidade de São Paulo, denominado missão francesa como dito anteriormente.

Alguns dos renomados professores que fizeram parte dessa missão foi Roger Bastide, sociólogo que pesquisou durante muito tempo as religiões afro-brasileiras, também, ocupou a cadeira de sociologia na mesma unidade e também, Claude Lévi-Strauss, antropólogo nascido na Bélgica, iniciou suas primeiras pesquisas sobre os índios brasileiros durante sua estadia na USP, ainda, é considerado um dos fundadores da antropologia estruturalista, vertente presente na sociologia.

Portanto, em meio a essas revoluções intelectuais no Brasil, Liedke irá reiterar de tal maneira,

O início do período da Sociologia Contemporânea corresponde à fase de emergência da Sociologia Científica, que buscava, sob a égide do paradigma estrutural-funcionalista, a consecução de um padrão de

institucionalização e prática do ensino e da pesquisa em sociologia, similar aos dos centros sociológicos dos países centrais. A concepção de desenvolvimento desta abordagem teve sua expressão na Teoria da Modernização e em sua análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, sob uma ótica dualista como em Os Dois Brasis de Jacques Lambert (1959). (LIEDKE,2005, p.382).

Logo, a sistematização da atividade sociológica no Brasil adquiriu um caráter mais rigoroso do trabalho investigativo em conciliação aos fenômenos sociais estudados, tanto nos trabalhos de cunho pragmático, histórico, ensaios e pesquisas de campo, auferindo um rigor em ambas pesquisas. A sociologia chega ao seio da sociedade brasileira e vai procurando versar sobre as questões acerca da sociedade, sempre indagando de modo crítico a realidade social, as questões política, econômica, racial e cultural. E, ao contrário do que foi feito durante anos, cujas análises eram baseadas em especulações, agora o que há de novo são os aparatos metodológicos, o rigor nas pesquisas bibliográficas, o desenvolvimento de monografias, pesquisa de campo, o aperfeiçoamento analítico, uma série de elementos que impulsionaram a sociologia brasileira, tornando as pesquisas muito bem aceitas no mundo acadêmico.

Obviamente que a questão da metodização da sociologia não ocorre da noite para o dia, Florestan Fernandes nos aponta mais ou menos como ela ocorreu,

As primeiras tentativas de coordenação de informações para análise assistemática ocorreram no último quartel do século XIX, como se infere das obras de autores como Tavares Bastos, Perdigão Malheiros, Nabuco ou Silvio Romero. De lá pra cá, passando-se pelas contribuições de Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freire, Caio Prado Jr. e tantos outros, ocorreram progressos sensíveis no uso e crítica de fontes, na elaboração interpretativa de dados e na construção de explicações gerais. Contudo, só recentemente surgiu o afã de superar as limitações inerentes à pesquisa histórico-sociográfica, de explorar criadoramente a pesquisa de campo e o de projetar as conclusões em contextos teóricos sociologicamente relevantes. (FERNANDES,1963, p.65).

E assim, a sociologia ou o conjunto de produções que permearam o pensamento intelectual brasileiro vai se engendrando mediante essas transformações no campo sociológico, o passado e o presente se esclarecem de maneira coerente por meio das contribuições teóricas e históricas.

Desse modo, Para Florestan (1976) o que marca a terceira etapa da sociologia no Brasil, é a “preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos trabalhos científicos sistemático. ”.

Porém, para Wanderley nada mais é,

O que se encontra de sociologia do conhecimento em que a simples enumeração e descrição de atributos dos processos sociais seriam evidências suficientes para demonstrar a relação de dependência funcional entre o conteúdo do que se pensa e o desdobrar empírico da história social. Torna-se por premissa exatamente o que incube demonstrar, isto é, que os processos sociais são de racionalidade cristalina, a qual pode ser captada imediatamente, com escassa possibilidade de engano, permitindo assim aos atores sociais descobrirem facilmente onde se encontra os seus interesses. (SANTOS, 1978, p.33)

Desse modo, o que Wanderley quer dizer, é que os pensamentos que permeiam uma pesquisa pertencem a uma estrutura social, logo, para a reflexão dos mesmos pensamentos basta imaginar as mediações necessárias como por exemplo, exercícios lógicos, sejam elas mediações de natureza sociológica ou psicológica. E nesse sentido, a postura que esses pesquisadores assumem é a de que estão sempre corretos em suas próprias análises, mas o fato é, a premissa que se tem por convicção, é exatamente aquilo que pretendem demonstrar. Essa é uma característica marcada por intelectuais cujo o autor denominou fazerem parte de uma matriz sociológica. Por matriz sociológica, Walderley Guilherme compreende que são as análises que tem como norte principalmente a estrutura econômica.

Já vimos até o momento, as três fases de evolução da sociologia segundo o olhar de Florestan Fernandes e duas matrizes segundo Wanderley Guilherme dos Santos, resta então explanar a última matriz.

Portanto, por matriz ideológica Santos compreende que são análises feitas de textos brasileiros que refletiam sobre o social e o intuito dessas análises eram o de buscar uma *caracterização conceitual própria* (grifos do autor), reivindicando assim, uma análise conceitual própria que seja legítima e adequada para análises do presente.

Tal é o caso do de Guerreiro Ramos, cujos textos escapam às matrizes anteriormente descritas e certamente se constituíam como os mais

estimulantes até o início da década de 70. Nas diversas oportunidades em que abordou o problema, Guerreiro Ramos utilizou sempre o critério de ordenar a produção intelectual brasileira do passado de acordo com o método (indutivo e dedutivo) empregado pelos diversos autores estudados para produzirem suas categorias de análise. (SANTOS, 1978, p.36)

Uma das principais contribuições para as Ciências Sociais, sem dúvidas foi o debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. O Debate ocorreu por intermédio de palestras em congressos e algumas publicações e será tratado no capítulo seguinte, nele poderemos presenciar de maneira mais vertical as características de cada um desses dois importantíssimos pensadores que tanto contribuíram para as Ciências Sociais.

Capítulo II

2 Florestan Fernandes e as suas propostas para o ensino de sociologia

Florestan Fernandes nasceu em 1920 e faleceu em 1995, era filho de lavadeira, com condições financeiras modesta, assim, teve de iniciar muito cedo sua jornada de trabalho. Trabalhou como engraxate, biscateiro, garçom, dentre outros serviços. No início de sua vida escolar cursou apenas os três primeiros anos do ensino primário, ao final de 1930 concluiu o curso de madureza e anos mais tarde conheceu alguns alunos e professores da escola livre de sociologia e política que frequentavam o estabelecimento onde trabalhava como garçom. Esses acadêmicos ficaram pasmos com as argumentações daquele garoto, isso porque, Florestan sempre gostou da leitura e quando podia ia às bibliotecas públicas, principalmente na biblioteca Mario de Andrade.

Alguns desses professores incentivaram Florestan para tentar seu ingresso na USP, entretanto, sob a influência da missão francesa os testes que aplicavam durante aquele período eram duríssimos, exemplo disso foi o próprio teste de Florestan, que consistiu na leitura de um livro de Durkheim no original. Diante da dificuldade, Florestan pediu para realizar a prova em português, obteve êxito e iniciou seus estudos no curso de Ciências Sociais na USP (Universidade de São Paulo) no ano de 1941.

Na universidade, Florestan Fernandes, teve professores renomados, como Roger Bastide, dentre outros. Em 1964, assumiu a cadeira de sociologia, antes ocupada por Roger Bastide e no ano de 1969 teve consumada sua aposentadoria compulsória, sendo então, afastado do seu cargo pelo AI-5. Em 1970, aceita o convite da Universidade de Toronto no Canadá, tornando-se professor titular.

No ano de 1973, ele decide retornar ao país, mas, é proibido de ministrar aulas no território brasileiro e foi coordenar a editora ática durante esse período.

Em 1980,

[...] recebeu convite do próprio Lula para afiliar-se ao partido, mas somente aceitou o convite quando este lhe explicou que não seria o

partido que o financiaria e sim o sociólogo, que financiaria o partido, no qual então entrou em 1986. Neste mesmo ano foi eleito Deputado Federal pelo PT de São Paulo. Ajudou a elaborar a Constituição de 1988 em Brasília e foi reeleito por mais um período parlamentar. Apesar da insistência do Partido, não se candidatou por uma terceira vez, alegando motivos de saúde. Morreu em agosto de 1995, alguns dias depois de completar setenta e cinco anos, vítima, segundo consta, de erro médico ou negligência hospitalar, depois de um transplante de fígado. (FREITAG, p.232, 2005).

Como deputado Florestan retomou seu desejo antigo e então voltou a fazer defesa pela Escola Pública e gratuita no Congresso Nacional, também, apoiou as principais lutas democráticas e reforçou as questões sobre os negros e índios no Brasil.

Em 1954, ocorreu um marco histórico para a sociologia: o *I Congresso Brasileiro de Sociologia*³², em que os participantes travaram fervorosos debates sobre a obrigatoriedade do ensino de sociologia nas escolas secundárias.

Florestan Fernandes foi um dos destaques desse congresso, representando a Universidade de São Paulo, realizou uma explanação sobre a questão da educação brasileira, que tangia a introdução da sociologia nas escolas secundárias.

Florestan inicia sua fala na mesa dialogando sobre a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio e salienta,

[...]que as oportunidades docentes concedidas aos licenciados em ciências sociais são demasiado restritas. A ampliação do sistema de matérias do ensino secundário permitiria garantir uma absorção regular ou permanente dos licenciados nesse setor e garantiria as secções de Ciências Sociais das faculdades de filosofia uma certa equivalência com as demais secções, no que concerne à motivação material dos alunos, que procuram essas faculdades porque pretendem dedicar-se ao magistério secundário e normal. Tais interesses são naturalmente legítimos. Nas condições brasileira, é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real de mão de obra especializada. Contudo, a questão nem merecia ser discutida, se somente pudesse ser encarada à luz dos interesses profissionais dos sociólogos, por mais nobres e louváveis que fossem os seus

32 Embora essa comunicação de Florestan tenha ocorrido em 1954, por sua vez, ela é publicada em 1955.

fundamentos ou os efeitos que deles poderiam advir. (FERNANDES, 1976, p.105)

Nesse sentido, a implantação da disciplina no ensino secundário daquela época auferiria um desenvolvimento interno da própria sociologia, ou seja, aumentaria a demanda de profissionais na área sociológica, também, o ajuste dos conteúdos que seriam repassados em sala. Já para os jovens estudantes secundaristas ela aumentaria “a eficiência e harmonia de atividades baseadas em uma compreensão das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social.” (FERNANDES, 1976, p.106).

Dessa forma, para que ela fosse efetivada seria preciso delimitar os temas universais das Ciências Sociais focando nos problemas do Brasil. Esse trabalho teria grande importância para os sociólogos que tinham interesse pela implementação da sociologia no ensino médio. Para tanto, que ao longo desse primeiro congresso surgiram riquíssimas propostas, entretanto, Florestan não citou todas, selecionou apenas algumas, que, em sua ótica possuíam pertinência e relevância para a transformação da nossa sociedade em curso, como a proposta de Emilio Willems, “que concerne à função geral do ensino das ciências sociais em um sistema educacional que o comportasse, o ponto em que insiste é o relativo às condições de vida política nas sociedades democráticas.” Willems³³ (1940 *apud* FERNANDES, 1976 p.107). Desse modo, o treinamento educacional se ajustaria conforme o olhar crítico baseado no conhecimento histórico-sociológico do meio em que vivem. Ainda, outros pontos importantes de autores presentes no congresso foram elencados na exposição como o seguinte,

O estudo e o ensino da sociologia decorrem, a nosso ver, dos princípios gerais afirmados acima. O seu escopo deve ser, antes de tudo, munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social; mas também, completamente, o de sugerir-lhe pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social. Candido³⁴ (*apud* FERNANDES, 1976, p.108)

33 WILLEMS, E. Assimilação e Populações Marginais no Brasil. São Paulo: Nacional, 1940.

34 CANDIDO, A. Sociologia; Ensino e Estudo in ver. cit., p. 279.

Nesse trecho exaltam a importância do aluno no processo de compreender a história, para poder analisar coerentemente seus objetos de estudos, atingindo o olhar crítico dentro da sociologia. Costa Pinto³⁵ também foi citado,

É estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise profunda e estrutural. (*apud* FERNANDES, 1976, p.108)

Nesse sentido, para Costa Pinto a crise estrutural daquele período sobre a sociologia era o fato de não integrar o currículo do ensino secundário e que estava estritamente ligado a uma questão ideológica. Todavia, para Moraes³⁶ “é de se questionar se, de ambos os lados – os que são contra e os que são a favor da presença de sociologia -, não há mesmo certo *parti-pris* ideológico ou no mínimo preconceitos recíprocos.” (MORAES, 2011, p.364). Mesmo com a institucionalização da sociologia anos atrás, o que se percebeu durante o período compreendido sobre a discussão da inclusão foi que a disciplina não havia conquistado os devidos quesitos para compor o currículo, talvez pelo fato de ser uma ciência completamente nova para o período.

O próximo comentário não é obstante outras ideias expostas e diz,

A ciência social traz uma contribuição importante às relações humanas, facilitando a compreensão e a tolerância, polindo as arestas, suavizando os conflitos entre os indivíduos, por isso mesmo que lhes abre os olhos para as suas causas. A sociologia concorre para uma racionalização do comportamento humano – na medida em que este pode ser racionalizado. A. Rios³⁷ (*apud* FERNANDES, 1976, p. 108).

35 COSTA PINTO, L. A. Ensino da Sociologia nas escolas secundárias in rev. cit., p. 307.

36 Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1989), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1991) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997). Doutor ms-3 da Universidade de São Paulo. Professor de metodologia do ensino de Ciências Sociais. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Ensino das Ciências Sociais no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, ensino de sociologia, cinema, currículo e sociologia. Texto retirado da Plataforma Lattes.

37 RIOS, J. A. Contribuições para uma Didática da sociologia, in ver. cit., p.315.

A próxima ideia foi de Donald Pierson³⁸, extraído de *difusão da ciência sociológica nas escolas*, consiste em,

O principal objeto da difusão da Ciência Sociológica, como o da difusão de qualquer outra ciência, é a compreensão, por parte do homem, da natureza. Especialmente precisa ele de uma compreensão da natureza humana e da atuação dos processos sociais, de modo que possa acomodar-se com êxito a essa parte da realidade e assim conseguir ao menos certo grau de controle sobre ela. (*apud* FERNANDES, 1976, p.108).

Costa Eduardo³⁹, frisou a seguinte ideia, “em qualquer caso, no nível secundário, normal ou universitário, a base etnológica torna-se cada vez mais necessária para a compreensão do homem e desenvolvimento das ciências que dele se ocupam” (*apud* FERNANDES, 1976, p.108). Embora, essas ideias apropriadas e expostas por Florestan se confluem na questão universalização dos temas, pois, são baseadas no conhecimento histórico-sociológico, deixando nítido que há uma ideia de ajustamento do conhecimento racional, baseado no adestramento proporcionado por meio das teorias sociológicas clássicas. Assim, argumentou o autor que, particularmente a situação educacional brasileira na década de 1940 se coloca em um caos, exaltando práticas que poderiam contribuir para o avanço da disciplina no país.

Segundo Costa⁴⁰, Florestan tratava “principalmente, de ampliar a participação democrática de diferentes camadas da sociedade brasileira e de universalizar a cidadania e os direitos sociais.” (COSTA, 2011, p.41). Todavia, isso não quer dizer que Fernandes aderiu à ideologia nacionalista como os intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que durante esse período possuíam um caráter

38 PIERSON, D. Difusão da Ciência Sociológica nas Escolas, in ver. cit., p. 325.

39 COSTA EDUARDO, O. O Ensino dos Conceitos Básicos da Etnologia, in ver. cit., p. 335.

40 Possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado em Sociologia (2004) e doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realizou estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: Florestan Fernandes, José Carlos Mariátegui, Relações Raciais, Pensamento Social Brasileiro, Pensamento Social Latino-Americano, Socialismo e Marxismo. Texto retirado da Plataforma Lattes.

progressista. O problema educacional na ótica de Florestan se resumiu da seguinte maneira,

Na verdade, o programa vigente restringe a influência propriamente educativa dos professores de sociologia. E não situa devidamente os alunos em face dos problemas que precisarão enfrentar futuramente, como professores de escolas primárias, em diferentes tipos de comunidades, nas quais precisarão viver, desempenhando papéis sociais fora do campo pedagógico, mas de alcance educativo. (FERNANDES, 1976, p.109).

Desse modo, para que a sociologia fosse incluída no currículo, os sociólogos teriam que saber primeiramente da rigidez que era incluir uma disciplina dentro de um sistema educacional, isso cabe a qualquer ciência de outra natureza. Portanto, os sociólogos teriam que se incumbir de analisarem capciosamente, no que refere à aceitação da disciplina e sua estrutura de funcionamento dentro desse sistema rigoroso. Para isso, Florestan Fernandes discutiu sobre os diagnósticos da situação brasileira, salientando que a função do ensino secundário naquele período,

[...] consiste em preparar os educandos para a admissão nas escolas de nível superior. Por sua natureza e por seus fins, tem sido descrito como um ensino aquisitivo, de caráter humanístico-literário, de extensão enciclopédica e de ação propedêutica, mais preso à tradição acadêmica herdada do passado, que as necessidades intelectuais impostas pelo presente. (FERNANDES, 1976, p.112).

A análise sociológica colocou em xeque paradoxos que estavam no bojo da discussão, contestando que não seriam capazes de produzirem algum efeito neutralizador em relação às influências de caráter ultraconservador, que foram deixados pela antiga mentalidade educacional. Desse modo, para Florestan o ensino secundário brasileiro não passaria de uma educação estática e com forte influência do conservadorismo no Brasil, dificultando a transformação da educação num instrumento de progresso que inviabilizaria a educação dinâmica.

Nesse panorama, a única maneira para introduzirem a sociologia no ensino médio, seria por intermédio da universidade, ou seja, para os estudantes adentrarem na universidade, eles teriam que ter o conhecimento sociológico que as escolas de ensino médio viriam a oferecer, essa seria a brecha para introduzirem a disciplina.

O ensino secundário possuía um caráter propedêutico e a sociologia teria um ideal de redenção para esse ensino, “não se trata de uma mera introdução da sociologia no ensino secundário, mas das possibilidades da introdução dessa disciplina como elemento de inovação dentro do sistema de ensino e da própria sociedade” (MACHADO;TOTTI, 2013). Pois, a sociologia como foi aplicada nos anos iniciais de sua introdução tinha a função de manter a ordem social, cunhando um desacerto, pois, restringiam o desenvolvimento ligado entre o conteúdo e a movimentação da sociedade. Ainda, o ensino de sociologia não atendeu as exigências intelectuais que foram impostas pela sociedade daquele período, sendo um ensino de caráter enciclopédico, que fora herdado via tradição acadêmica.

Então, Florestan concluiu que a ideia de mudança do sistema educacional só funcionaria se as estruturas fossem alteradas, assim, poderiam alcançar uma sociologia que correspondesse aos fatos da época e fez mais uma denúncia em relação ao modelo de ensino básico,

Em outras palavras, a conservação do caráter aquisitivo, enciclopédico e propedêutico do ensino de grau médio se explica pela conservação do caráter jurídico-profissional do ensino superior. A análise sociológica demonstra que este não se alterou substancialmente, quando à sua significação e à sua função sociais. Subsiste, sob o novo regime republicano, o velho ideal de homem culto, que conferia aos diplomas de ensino superior uma qualificação honorária e dava aos seus portadores a regalia de exercerem as ocupações consideradas nobilitantes. De modo, que as escolas superiores continuam a servir como canais de ascensão social ou, quando menos, como sistema de peneiramento, destinado a selecionar as personalidades aptas para a liderança política e administrativa. (FERNANDES, 1976, p.114)

Mediante essas questões, o processo educativo em questão, reproduzia apenas o adestramento profissional, a fim de satisfazer as exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, se não mudassem essas condições, nada poderia ser feito, “seja para corrigir os seus efeitos negativos, seja para alterá-las em um sentido socialmente construtivo e as funções dinâmicas da escola, em qualquer dos seus níveis, nas comunidades rurais ou urbanas” (FERNANDES, 1976, p.115). Se o ensino continuasse estagnado, jamais teria o caráter de ferramenta consciente de avanço social. Portanto, é nesse ponto que os sociólogos deveriam focar; se a sociologia

fosse inclusa nesses moldes ou continuaria com as mesmas características, apenas formando cidadãos para o mercado de trabalho.

Para sintetizar com maior clareza essas questões, nas palavras do professor Florestan,

É sabido que o processo de desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e das obrigações políticas resultantes tem sido prejudicado, no Brasil, pelas condições sociais em que se processaram a desagregação do regime servil, a instauração da democracia pelo regime republicano e federativo, a formação das classes sociais e a organização dos partidos. No decorrer de 65 anos de política republicana, as camadas sociais que se achavam afastadas do exercício direto do poder não tiveram oportunidades para compreender que as ações do Governo interessam a todos os cidadãos afetando-os diretamente em seus interesses e segurança ou indiretamente por empenharem de um modo ou de outro o próprio futuro da Nação, como uma comunidade política. Isso ocorreu principalmente porque na antiga ordem senhorial e escravocrata um amplo contingente da população não tinha acesso direto e responsável a papéis políticos socialmente autônomos e porque nenhuma instituição social (inclusive os partidos) se incumbiu dos adestramentos dos cidadãos em uma democracia. (FERNADES, 1976, p.116).

Ao mesmo tempo em que explicou um problema de toda uma geração, o espírito democrático de Fernandes exalou suas concepções sociológicas, que, por conseguinte foi proveniente da sociologia de Mannheim, essa análise confere aos “fenômenos de estrutura, função e mudança social, identificando os elementos potenciais de conflito e tensão entre as forças de conservação e as de alteração da ordem social.” (COSTA, 2011, p.48). A análise de Florestan permitiu que ele garimpassse os problemas estruturais da época, em sua tese trouxe um suposto desenvolvimento ideal para a sociedade. Ainda, segundo Arruda⁴¹,

41 Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É professora titular de Sociologia da Universidade de São Paulo desde 2005. Livre-Docente na área de Sociologia, com ênfase em sociologia da cultura; história social dos intelectuais, da literatura e das artes; sociologia da comunicação de massas; teoria sociológica. Ocupou os seguintes cargos institucionais, entre outros: foi Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (2010-2015). Atualmente é membro do Comitê Institucional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Foi Chefe do Departamento de Sociologia (2005-2008) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (1991-1996) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Secretária Executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e

as formulações de Florestan, sobre a “civilização científica”, resultaram também das análises sobre os dilemas da modernização no Brasil. A consciência de que a nossa formação moderna era particular não o impediu, especialmente ao longo dos anos de 1950, de admitir a real possibilidade de se criar no país princípios de uma modernidade ancorada em valores democráticos.” (ARRUDA, 2010, p13).

Esse fenômeno sobre o desenvolvimento ganhou notoriedade no I congresso de Sociologia, quando perceberam que o conjunto dessas funções citadas por Florestan anteriormente afetaria diretamente a democracia. Desse modo, a nação porvindoura sofreria consequências drásticas no funcionamento do sistema. Entretanto, os sociólogos presentes no congresso não pautaram com rigor a importância da escola nesse processo, obviamente que, a escola não está acima dos entraves políticos e econômicos do país, mas, sem dúvidas ela exerce um importante fator na sociedade e que poderia intervir nesses problemas destacados, como por exemplo; “contribuindo para criar uma ética de responsabilidade e uma atitude de autonomia crítica em face do funcionamento das instituições políticas ou das injunções personalistas dos mandatários do poder.” (FERNANDES, 1976, p.117).

Outro ponto em questão é a formação da personalidade que para ele, também está associada à formação ideal, sua proposta consiste em,

A formação da personalidade constitui um processo que não começa na escola e que, portanto, não encontra nela um termo certo. Da escola primária à universidade esse processo se desenrola sem continuidade, sofrendo aqui e ali interrupções de sentido ou alterações dos conteúdos das experiências, mas se subordinando à forma de um crescimento orgânico. Quanto à escola secundária brasileira, não é difícil perceber-se qual seria a contribuição das ciências sociais para a formação de atitudes cívicas e para a constituição de uma consciência política definida em torno da compreensão dos direitos e dos deveres dos cidadãos. (FERNANDES, 1976, p 117)

Pesquisa em Ciências Sociais ? ANPOCS (2005-2008) e Representante da Área de Sociologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ? CAPES (1997-2001). É membro de Conselhos Editoriais de periódicos no Brasil e no exterior. Pesquisadora 1A do CNPq; recebeu várias distinções acadêmicas. Publicou, entre outros: *Metrópole e Cultura em São Paulo no Século XX* (duas edições, 2001 e 2015); *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil* (duas edições, 1990 e 2000). *A Embalagem do Sistema. A Publicidade no Capitalismo Brasileiro* (três edições, 1985, 2004 e 2015). Texto retirado da Plataforma Lattes.

Quando o autor elencou a questão da construção da personalidade e frisou que não é na escola que isso ocorre, cabe nos aqui situar que, a socialização primária⁴² inicia nos primeiros momentos de vida de um indivíduo, portanto, a formação da personalidade se inicia com os pais.

Também, vale ressaltar, que num país cuja demografia, economia e cultura, os quais são dispares, a experiência concreta financeira e moral constituem em forma de socialização, que consideramos não ser a ideal. O Brasil possui um grande contingente populacional e “para que o ensino possa progredir, gradualmente, dos dados do senso comum para as noções gerais e as construções comparativas (FERNANDES, 1976. p.117)”. Assim, somente com uma proposta inovadora no ensino secundário contribuiria efetivamente para sanar os problemas daquela estranha irregularidade que destruía o sistema educacional, principalmente do ginásio⁴³. Mesmo que, o caráter do modelo educacional criticado, era humanístico⁴⁴, ele não teria capacidade de formar concepções do mundo cosmopolita, por lhe faltar elementos concretos sobre cultura.

De outra perspectiva, Guerreiro Ramos adentrou ao debate sobre introdução da disciplina de sociologia como a ideia de torná-la autêntica e plausível de notoriedade, “quando colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade. ” (RAMOS, 1957c, 25.6), essa questão não é obstáculo em relação à ótica de Florestan e talvez, o que desvencilhe minimamente, é o fato do nacionalismo presente nas ideias de Ramos.

Mediante a esses fatos, há dois caminhos consideráveis nas teses de Fernandes para a sociologia no ensino secundário: a primeira via foi identificada como plausível acerca da implementação da sociologia no ensino secundário referente ao modelo que fora criticado, desde que tenha fundamento voltado para a base

42 Sobre esse assunto, podemos encontrar em A Formação Social da Mente, por Vygotsky.

43 Corresponde ao que hoje conhecemos como ensino fundamental.

44 Valores herdado do passado colonialista e imperialista, que estão presente no modelo educacional em questão.

universitária. A disciplina se tornaria um critério para adentrar as universidades, porém, ela não renderia tantos frutos. O outro caminho foi a mudança das condições do sistema educacional, essa mudança incluía,

[...]sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na convivência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social. Segundo, na discussão dessa questão os sociólogos não se podem isentar do exame aberto de outros temas, que seriam evitáveis em uma consideração geral do assunto. Entre esses temas, dois adquirem relevo expressivo. De um lado, qualquer que seja a razão que fundamentalmente a inclusão das ciências sociais no currículo do ensino médio no Brasil, é impraticável a preservação de técnicas pedagógicas antiquadas. (FERNANDES, 1976, p.118).

Portanto, o ideal para a época seria intervir conjuntamente nessas qualidades que dariam um caráter aquisitivo a esse modelo de ensino proposto, também, a ideia de que, “introduzir inovações no currículo da escola secundária brasileira ganha outra significação, quando examinada à luz da própria influência construtiva da educação pelas ciências sociais em um país em formação, como o Brasil.” (FERNANDES, 1976, p.118).

Na época Florestan acreditava que a inclusão do ensino de sociologia deteria um interesse prático-específico, pois, no futuro poderia servir de ferramenta para “manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país.” (FERNANDES, 1976, p.118-119).

Feito seus apontamentos, Florestan, propôs algumas sugestões práticas para o ensino de sociologia que estava em debate.

1) Quais são as funções que o ensino da sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de grau médio? 2) A que concepção deveria subordinar-se o ensino de sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? 3) Por que se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro: a) por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria? b) por que é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira? 4) Quais são as

funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um instrumento consciente de progresso social nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil? 5) Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas? 6) Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico: a) o ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de elementos de ciências sociais; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal? b) O colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na qual se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de ciências sociais? (FERNANDES, 1976, p.119-120).

Assim, Florestan finalizou sua comunicação no *I Congresso Brasileiro de Sociologia*. Os pontos aqui apresentados são de grande importância para compararmos com os apontamentos feitos por Guerreiro Ramos, pois essas ideias apresentadas levam diretamente ao debate que esses dois autores travaram.

2.1 As teses de Alberto Guerreiro Ramos para o ensino de sociologia no Brasil

Guerreiro Ramos, nasceu no ano de 1915, na cidade de Santo Amaro da Purificação, próxima a capital baiana, Salvador, graduou-se em ciências na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, ministrou aulas na Universidade Federal de Santa Catarina, FGV dentre outras. Em sua vida política assessorou Getúlio Vargas, foi diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Assim como Florestan, foi deputado federal da Guanabara, porém, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e veio a falecer vítima de um câncer aos 67 anos de idade. A sua trajetória pela sociologia resultou em algumas pesquisas sobre o negro, criticou ferrenhamente a questão da tradição sociológica no Brasil, batendo suas ideias de frente com autores como Roger Bastide, Luiz Costa Pinto e principalmente com Florestan Fernandes. Também, levantou bandeiras sobre a questão da autonomia, do nacionalismo, do desenvolvimento e industrialização do país. Um autor que sem dúvidas desperta uma curiosidade, olhares capciosos para o que ele tem a nos ensinar.

O texto⁴⁵ eixo que analisaremos foi publicado primeiramente em 1954 e reeditado em 1957, nessa obra o autor procura estabelecer um diálogo direto com Florestan Fernandes e seus discípulos sobre a questão metodológica, bem como a introdução da sociologia, tais temas foram expostos nas mesas de conferência do // *congresso latino-americano de sociologia*⁴⁶ e o *I congresso brasileiro de sociologia*⁴⁷.

Para Ramos a questão que tangia a sociologia no Brasil foi regada pela seguinte premissa,

Seria necessário, para tanto, que, inicialmente, o sociólogo brasileiro se dispusesse a um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua particular circunstância nacional. E são raríssimos os esforços neste sentido. ” (RAMOS, 1995, p.36).

45 Inicialmente publicado com o título cartilha do aprendiz de sociólogo em 1954 e logo depois foi reeditado com o nome Introdução crítica à sociologia Brasileira.

46 Ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo no ano de 1953.

47 Teve início no ano de 1954 em São Paulo.

Outro dado que temos que ter em mente quando tratamos de Guerreiro Ramos é que,

A sociologia, tal como se tem praticado entre nós em muito escassa margem, representa uma efetiva indução de processos e tendências da sociedade brasileira ou instrumento de sua autocompreensão. A tomada de consciência da situação da sociologia no Brasil é fato recente na evolução do nosso pensamento sociológico. Até data relativamente próxima, carecíamos, em nosso meio, das pressões reais que possibilitassem este fato e, por isso, a disciplina sociológica, no Brasil, estava e está, ainda, em larga escala, incapacitada para tornar-se o suporte de uma interpretação objetiva da sociedade brasileira. (RAMOS, 1995, p.36).

Assim, percebesse que o autor rege seu pensamento em torno dessas duas nuances em relação ao padrão científico, sendo o compromisso com a realidade local e a não utilização de ideias prontas. Essas premissas foram utilizadas por ele para sustentar suas ideias que foram expostas no II congresso latino-americano de sociologia, por meio de um compilado de ideias que estão presentes na segunda parte da *“cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo”*.

As recomendações defendidas por Ramos (1995) tinham como elemento norteador a defesa da construção de uma sociologia voltada para defesa dos interesses nacionais. Uma ciência sociológica devota às causas nacionais, que não consistia no transplante literal de modo rigoroso por modelos científico-teóricos de países desenvolvidos, cujas pesquisas se empenhavam em detalhes da vida social. Nesse aspecto, a sociologia deveria se ater a investigação de modo gerais e parciais das estruturas nacionais e regionais. Para reforçar, Bariani⁴⁸ afirma que,

48 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008), pós-doutorado em sociologia. Atualmente é professor - Faculdade de Itápolis, professor pós-graduação - Faculdade de Itápolis, professor - Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva, colaborador da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professor da Faculdade Santa Rita. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Guerreiro Ramos e a Sociologia no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia, sociologia como ciência, teoria social, teoria sociológica, história da sociologia, pensamento social, sociologia e literatura, sociologia e romance, Guerreiro Ramos. Textos retirado da Plataforma Lattes.

A sociologia é então tomada – por Ramos – como arma primordial na luta pelo desenvolvimento do país, atuando em duplo *front*: instrumentalmente, na interpretação e formulação das questões nacionais e, reflexivamente, promovendo a depuração crítica necessária à sua instrumentalização. (BARIANI, 2008, p.91)

Também, vale ressaltar que as teses defendidas por Ramos foram derrotadas com um placar de vinte e dois votos contra e nove a favor. Mesmo assim, dissecaremos cada uma delas para melhor compreensão.

A primeira delas é,

As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos. (RAMOS, 1995, p.112)

Para o autor, o problema central da sociologia brasileira era o transplante de ideias que seguem desde a colônia, nesse sentido, Filgueiras⁴⁹ comenta que “O pensamento pós-colonial procura compreender o modo como se constituem esses significados e o que eles representam para consolidar uma saída própria em relação aos conflitos inerentes às referidas culturas” (FILGUEIRAS, 2012, p.347). Portanto, surgiu nessa primeira tese de Ramos: a importância de o sociólogo adquirir uma postura dinâmica diante a realidade social que iria trabalhar. Pois, o pensamento pós-colonial cria uma cultura subalterna, além de outros problemas. Cabe ressaltar aqui a questão da redução sociológica, que foi definida pelo autor, como um processo metodológico que tem por objetivo “tornar sistemática a assimilação crítica do patrimônio sociológico estrangeiro. ” (OLIVEIRA, 1995, p.42). Nesse sentido, a

49 Possui doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é Diretor de Pesquisa e Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). É professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Departamento de Ciência Política (DCP). Foi Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da UFMG. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em teoria política, políticas públicas e comportamento político, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e governo, teoria democrática, Direito e democracia, corrupção e bom governo. Foi pesquisador e coordenador do Centro de Referência do Interesse Público da UFMG. Autor de "Corrupção, democracia e legitimidade" (Editora UFMG, 2008) e de artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais. Texto retirado da Plataforma Lattes.

redução sociológica é fundamentada na lógica material, essa por sua vez, é inseparável da sociedade, entretanto, só é possível alcançar a redução por intermédio de conhecimentos e em especial o conhecimento histórico.

Essa tentativa de dotar o trabalho sociológico de valor científico e pragmático se integra, segundo o autor, às correntes representativas do pensamento universal contemporâneo na medida em que representa apenas “uma modalidade restrita da atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação”. (*apud* OLIVEIRA, 1995, p.42).

Esse valor que Ramos atribuiu à sociologia brasileira foi basicamente que todo o processo sociológico deveria ser real, concreto, entendido como um conjugado de leis que visava munir o trabalho sociológico de valores reais⁵⁰. Pois, o postulado brasileiro para Ramos foi que nos países da América latina nenhuma instituição estava ali e evoluiu simplesmente, foi transplantado para lá por intermédio de uma cultura que imperou um território durante um período, tal como ocorreu com a sociologia no país.

Para o autor,

Os países descobertos e colonizados, como o Brasil, estão sujeitos a esta deformação cultural. São extensamente, pseudomorfoses, no sentido que seus aparatos institucionais, recortados à imagem e semelhança dos de países de grande prestígio cultural, não resultaram da evolução propriamente dita, da elaboração interna do processo de crescimento orgânico destes países, mas de transplantações. (RAMOS, 1995, p.114).

Essa pseudomorfose se resumiu ao forte impacto de uma interferência histórica, correspondente a ação de uma cultura já configurada e desenvolvida agindo sobre outra em desenvolvimento, como por exemplo, Portugal agindo sobre o Brasil. Essa relação foi basicamente a ação exposta no primeiro capítulo, que referenciou a influência dos portugueses no Brasil. Portanto, a plenária do congresso se posicionou contrária ao pensamento proposto por Ramos em relação aos mecanismos mais

50 RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

próximos da nossa realidade, pois acreditavam na contribuição de países mais avançados e alegavam que eram imprescindíveis tais avanços científicos e metodológicos para a sociologia nos países latinos. Esses que se posicionaram contra acreditavam na tese de Florestan, cujo autor se apoiou em teorias estrangeiras para o aprimoramento do ensino de sociologia no Brasil.

Ramos persistiu na sua ideia,

A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer aos propósitos fundamentais de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam. (RAMOS, 1995, p.121).

Nesse trecho, o autor compreendia que o Brasil e países da América Latina ao contrário do que se comentam na Europa e EUA, não estavam aptos para propiciar uma prática sociológica de boa qualidade e afirma que o ensino “carece de funcionalidade, pois que não criava no educando comportamentos operativos vinculados à sua vida comunitária, não estimula a autonomia mental do aprendiz.” (RAMOS, 1995, p.122). Nesse sentido, a formação de sociólogos brasileiros era insatisfatória, no que tange a formação de especialistas capazes de fazer o uso adequado da sociologia, também enxergava uma falta de compromisso dos professores em relação ao conteúdo repassado aos alunos.

Sua terceira proposta vai ao encontro da economia, salientando que,

No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades de renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas. (RAMOS, 1995, p.132).

Nesse ponto o que estava em xeque era o sentido lógico da aplicação profissional de um sociólogo, bem como, a atenção que tem em relação a induzir agências governamentais ou particulares, pois, o confinamento acadêmico do sociólogo pode fazer o profissional perder o sentido econômico. Neste caso, quando o profissional ganha notoriedade, pode levar empresas a aplicar rios de dinheiros em recursos que bem entenderem.

Ramos relembra um fato ocorrido,

Eis um recente flagrante: um sociólogo norte-americano aconselhou, como medida fundamental de uma reforma agrária no Brasil, a criação de escolas secundárias em cada município, proporcionalmente ao número de pessoas, semelhante ao que se verifica nos Estados Unidos. Segundo ele, o menor dos nossos municípios deveria manter, pelo menos, um estabelecimento de ensino secundário, com, no mínimo, cinco professores trabalhando em regime de tempo integral. E rematava o conselho com esta observação: o município que, no período de dois anos, a partir da promulgação da norma, não a tivesse cumprido, perderia o *status* de municipalidade. (RAMOS, 1995, p.133).

Portanto, é nítido que a aplicação de pensamentos transplantados para o Brasil, pode não funcionar como em países desenvolvidos, a influência estrangeira trouxe para as ciências sociais novas formulações, no qual o sujeito formula e interpreta sua própria visão de mundo. A ação do estrangeirismo se apresenta em formas de consciências que são subordinadas ao “capitalismo mundial e as mentalidades aos ditames da cultura européia e/ou norte-americana, com o consentimento tácito ou explícito das classes dominantes locais.” (BARIANI, 2006, p.85).

A quarta tese apresentada é,

No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre detalhes da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais. (RAMOS, 1995, p.141).

Segundo essa lógica, Guerreiro propunha que fosse estimulado em nossos estudantes à compreensão do processo de desenvolvimento como um todo, acreditava que, dessa maneira era possível encorajar a maturidade intelectual do Brasil. O que não é concebível nessa proposta é que se façam pesquisas com rigor teórico como a obra de “Emilio Willems – Cunha- tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. Trata-se de um estudo de comunidade procedido dentro dos moldes metodológicos.” (RAMOS, 1995, p.141). Desse modo, se continuassem a utilizar recursos para o desenvolvimento de pesquisas que não contribuem para entender a totalidade da realidade social brasileira acarretaria em grave deficiência: “no Brasil, a

prática de tais investigações só poderá contribuir para desorientar os nossos escassos sociólogos em formação”. (RAMOS, 1995, p.142).

Sua quinta tese, o autor recomendava que, “o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais.” (RAMOS, 1995, p.144). O ponto principal dessa tese é a compreensão da industrialização, que é uma categoria simples para o estudante apreender o que de fato é a dialética real do processo civilizatório dos países subdesenvolvidos. (RAMOS, 1995, p.148). Ainda, aponta que,

Habilitar-se –a a compreender que a melhoria das condições de vida das populações latino-americanas está condicionada à industrialização, e as soluções dadas aos problemas sociais nos Estados Unidos não devem ser literalmente imitadas em áreas atrasadas. (RAMOS, 1995, p.148).

Também, as correntes sociológicas e antropológicas dos Estados Unidos, afirmam que sua sociedade é perfeita, porém, os defeitos encontrados de maneira parcial são facilmente mascarados com sistemas técnicos⁵¹. A sociologia norte-americana compõe conceitos⁵² que não permite enxergarem a dialética do momento, desse modo, a sociedade se encontra paralisada diante os problemas sociais reais.

Na penúltima tese encontra uma questão de apelo, que não tem elementos relevantes para a discussão desse trabalho, o que não abordaremos de forma analítica. A sétima e última tese trata dos problemas das pesquisas sociológica feita no Brasil e descreve da seguinte maneira,

Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, bem como o nível cultural de suas populações. (RAMOS, 1995, p.153).

51 Medidas tecnicamente elaboradas, que corrigem seus defeitos parciais. Não o vêem como um momento fugaz de uma série dialética (RAMOS, 1995, p.148)

52 Conceito de isolamento, contato, competição, conflito, acomodação, assimilação e controle social. (RAMOS, 1995, p.148)

Guerreiro Ramos acreditava que não existia um adestramento para se fazer pesquisa, o que existia era o nivelamento “às peculiaridades históricas e aos recursos de cada nação.” (RAMOS, 1995, p.152). Assim, cada país⁵³ possui uma peculiaridade nos métodos de investigação sociológica, todavia, na América Latina a pesquisa metodológica adere um caráter ortodoxo, ou seja, se apropriam dos métodos de países mais desenvolvidos em pesquisas e utilizam livremente nos países latino-americanos assumindo a postura de *estatuas sagradas*⁵⁴.

Para Ramos, isso não faz sentido algum e exprime seu sentimento com a seguinte observação: “os métodos e os processos de pesquisa que, atualmente, os autores de textos descrevem, foram ordinariamente inventados por estudiosos que nunca tiveram manuais à sua disposição, nasceram como subprodutos da motivação de tais estudiosos” (RAMOS, 1995, p.152). Entretanto, não afirma que a pesquisa pode ser feita de qualquer maneira, está longe dessa perspectiva, ainda, afirma que todos os sociólogos devem possuir em seu arcabouço teórico fazer uso das grandes obras universais da sociologia. Além do mais, dentro das ciências sociais há grande oportunidade de inventar artifícios metodológicos, ou como diria Bariani, a ciências sociais é um edifício inabitável.⁵⁵

Portanto,

A falta de originalidade de grande parte do trabalho sociológico no Brasil e na América Latina decorre, em larga margem, de que ele se tem orientado de modo heteronômico, isto é, obedece a preceitos não induzidos da realidade brasileira ou latino-americana. (RAMOS, 1995, p.155).

53 Ramos está se referindo aos seguintes países: Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

54 Provoca-lhes a indignação de vestais aquele que ameace utilizá-los, alterando-lhes a pureza das linhas conforme os compêndios os descrevem. (RAMOS, 1995, p.152).

55 Enquanto reúne esforços e insumos para elaborar uma explicação da sociedade brasileira e de suas transformações, não nos reconhecemos como edificadores desta obra; a cada lance produzido recomeçamos de outro modo, mormente sob plantas e planos arquitetados distantes, de fora, que vêm a suplantar o esforço dos anteriores sem o realizar, justapondo-se aos antigos andares numa reelaboração contínua e desconexa, que sucede sem integrar, que encerra sem definir, que sintetiza sem superar. Não bastasse, mendigamos abrigo a tradições e teorizações alheias e, recusados, ficamos ao relento, ao pé de um edifício abandonado: a herança que construímos. (BARIANI, 2006, p.85).

Guerreiro foi severo em suas críticas em relação ao ensino de sociologia da década de 1950, apresentou razões que destrincharam o dualismo, a heteronomia e a incapacidade de sermos originais, categorias que foram apontados por ele em relação à sociedade daquele período e diríamos, quiçá, nos dias atuais. Esses pontos são frutos da antiga sociedade brasileira e que também enraizaram no pensamento sociológico brasileiro. Elaborou com o auspício de que suas contribuições poderiam oferecer a compreensão geral da nossa sociedade.

Ao final de sua exposição, Ramos comenta

a autocrítica da sociologia brasileira revelará que ela está profundamente marcada pelo espírito de proeza, nossas obras rotuladas de sociológicas, em sua maioria, valem mais como documentos esclarecedores da biografia dos que as produzem do que como um esforço de captação dos processos objetivos da realidade nacional. (RAMOS, 1995, p.158).

E, a partir daí o autor utiliza uma ferramenta denominada por ele de *desmascaramento* para colocar a plenária em xeque, mostra uma grande sacada em relação aqueles que derrotaram suas propostas no II congresso latino-americano de sociologia. Ele sintetiza suas teses de maneira contrária, ou seja, faz uma inversão adaptando-as para o olhar daqueles que votaram contra, ao se posicionar contra é o mesmo que defender da seguinte maneira,

1)As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas sem ter em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo aconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos; 2) a organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos não deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, evitando equipá-los de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam; 3) no exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas; 4) no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas, e em face de suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é aconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se desestimular a formulação genérica dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e

regionais; 5) o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações não está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais; 6) é francamente aconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. No que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos que retardem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos; 7) na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos não devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa não devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, nem com o nível cultural genérico de suas populações. (RAMOS, 1995, p.159-160).

Essa genialidade ao inverter suas teses e apresentá-las ao final como se fossem as propostas daqueles que votaram contra, deixam-nos uma dura lição no sentido de repensarmos para quem e para que estamos fazendo ciência. Seja para melhorar nossa sociedade ou para manter as castas existentes?

Assim, finalizamos as ideias propostas por Ramos, cujo autor, expressou nas últimas linhas o seu descontentamento como a sociologia se difundia no país, comentando sobre o profundo medo da burocratização. Também, afirma que os mesmos que barraram suas propostas são conscientes e estão apenas defendendo os seus interesses, em suas palavras “dão-me a impressão melancólica de atores que continuam no palco representando uma peça serôdia sem perceberem que o pano já desceu e o público já se retirou...” (RAMOS, 1995, p.161).

Portanto para Ramos, o objetivo principal era a emancipação no sentido cultural dos discentes, atribuindo-lhes ferramentas intelectuais, que direcionariam as interpretações originais dos problemas que engendram as estruturas do país.

2.2 Sobre a Contenda

Podemos encontrar em Guerreiro a ideia do trabalho sociológico atrelado às benfeitorias das populações, que estavam dependentes do alargamento industrial de suas estruturas nacionais e regionais.

Os questionamentos acerca da metodologia sociológica e da condição dos sociólogos atentam-se às questões de ordem reivindicadas sobre perfeição no aprimoramento de questões de desenvolvimento das estruturas de seus países, todavia, os métodos e procedimentos nos países latino-americanos deveriam estar incorporados com seus respectivos recursos de ordem econômica, adjunto de técnicos com o nível cultural comum de suas respectivas populações.

No exercício de fazer valer suas teses, Ramos direcionou seu pensamento para a questão da prática sociológica nos países latino-americanos e que, no caso, referiu-se a uma sociologia que caminhasse autonomamente, abandonando os laços umbilicais, o qual torna nossa sociologia um produto secundário da reação sociológica de cunho europeu e norte americano.

Entretanto, o que se viu na plenária do II Congresso Latino-Americano de Sociologia evidenciou que, no Brasil, há pelo menos duas vertentes de aforismos sociológicos citados acima.

Ramos as distinguiu de tal forma,

[...] uma corrente como já propus certa vez, de “consular”, visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que, embora aproveitando a experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. (RAMOS, 1995, p.107).

E, entendemos que direta ou indiretamente o cerne da sociologia de Ramos foi de uma proposta salvadora com intuito de renovar o social. No entanto, a experiência da realidade comum que vive o sociólogo é o tornar capaz de empreender análises e soluções com o intuito de clarear problemas vivenciados.

Neste caso, o problema de grande envergadura está na formação de sociólogos brasileiros que incide via de regra para o conformismo das teorias existentes, pois estudam para auferir com recursos prontos e quando confrontam com problemas da realidade local voltam às teorias como se fossem receitas, as quais beberam nos compêndios conforme destaca o autor:

Um professor de anatomia, toda vez que explicava certa parte do esqueleto, comparava determinada depressão óssea com uma *moeda de cinco francos*. Era assim que estava no livro francês e lhe parecia provavelmente ridículo dizer um tostão em vez de cinco francos. Sei de outro dia, diante dos alunos, com uma rã descerebrada, fez uma experiência para demonstrar as leis dos reflexos elementares de Pflüger. Ocorreu, numa primeira tentativa, que as reações do animal não coincidiram com as descritas no livro. Repetiu a experiência, e a mesma discordância. Então deu de ombros, como quem diz: o animal está errado. (RAMOS, 1995, p.128 – grifos do autor).

Segundo o autor, há indicativos de que o ensino do aprendiz de sociólogo no Brasil “está sendo procedida de modo análogo” colaborando para ser “adestrado para pensar por pensamentos feitos”, isto atrapalharia os estudantes, pois procuram métodos ou receitas que foram desenvolvidos e aplicados em lugares totalmente estranho à realidade brasileira, seja por fator econômico, político, dentre outros motivos, que, “incapacitam os estudantes para exercício funcional de uma atitude sociológica”. (RAMOS, 1995).

Contestando Florestan Fernandes, Alberto Guerreiro Ramos decorria a ideia de que a sociologia se institucionalizava de forma equivocada. Para o autor, a sociologia deveria abandonar o caráter tradicionalista, uma sociologia transplantada, a qual trazia referências externas refletindo sobre problemas existentes de outros países e trazendo métodos que não se aplicavam a sociedade brasileira, logo, totalmente estranha à realidade nacional.

Ramos atentou para a seguinte problemática: a falta de professores especialistas da sociologia geraria um descompasso para o ensino da disciplina, que desemboca em profissionais não aptos à abordagem sociológica, reproduzindo assim, a sociologia nos moldes tradicionais, já que esses profissionais estariam apoiados em compêndios (manuais). Nesse sentido, a sociologia não poderia ser traduzida como mera obra literária dos escritos estrangeiros.

Assim, a sociologia necessitava ser totalmente envolvida com o pensamento brasileiro, calcada na realidade social e ter laços com as raízes nacionais, com o intuito de despertar nos jovens um pensamento franco, que consiste em:

O que se pede ao ensino de sociologia é que desenvolva no educando a capacidade de autonomia e de assenhramento⁵⁶ das forças particulares da sociedade em que vive. O ensino da sociologia não deve distrair o educando da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país. (RAMOS, 1995, p.128).

Por sua vez, Fernandes entendeu que o ensino de sociologia prepararia para uma nova realidade a ser vivida no país, salienta que a função que o ensino secundário teria naquele período era de preparação dos jovens para o ensino superior, “a sociologia seria o elemento de racionalidade das relações sociais, favorecendo o próprio ensino secundário do período, considerado como um apêndice, cujo objetivo consistia apenas em preparar os alunos para o acesso ao ensino superior” (MACHADO;TOTTI, 2013). Sendo assim, caracteriza o interesse em suprir uma demanda de intelectuais e educadores brasileiros das áreas das ciências sociais, pois, nas décadas de 1930 a 1960, como dito no início do trabalho ocorreu a criação de universidades expressivas no país, tais quais a USP, UNB e UNICAMP.

Sobre os compêndios, Ramos alegou que,

Atualmente, tudo indica estar fixando-se na maioria daqueles que se dedicam à sociologia uma atitude segundo a qual as teorias, os métodos e processos são adotados literalmente, são de fato justapostos mentalmente e não absorvidos ou transformados metabolicamente, por assim dizer. Na fisionomia de quase todos os compêndios brasileiros de sociologia transparece um critério justapositivo de ensino, e isto deve corresponder largamente à prática da aprendizagem, entre nós. Os compêndios brasileiros e latino-americanos de sociologia não têm similares em nenhum país em que a sociologia atingiu certo grau de maturidade. A maioria deles foi elaborada à luz de critério sincrético. (RAMOS, 1995, p.126).

56 O termo assenhramento descrito pelo autor, adquire sentido único, de promoção e independência da capacidade crítica a ser desenvolvida pelo educando.

Nesse sentido, a formação dos sociólogos brasileiros estava fadada ao treinamento conformista, aceitando tudo que estava nos compêndios.

Mediante o debate travado entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, podemos identificar em Fernandes a alegação do conhecimento numa ótica naturalista de modo positivo, ao passo que procurava validar a sociologia como uma ciência baseada na experiência, ou seja, empírica e de caráter indutivo, a qual, com uso adequado de métodos podiam verificar e apreender com objetividade, que, para ele, ser objetivo era sinônimo de produzir conhecimento. Encontramos também elementos aperfeiçoados do funcionalismo, característico da corrente clássica francesa ao historicismo de Mannheim, da mesma maneira que focalizou numa análise dos enigmas da transformação social. Pontos que, segundo Ramos (1995) são impossíveis de alcançar, justamente por não fazer uma análise concreta da realidade em que o país vivia. Nesse sentido, surge a nossa indagação em relação à crítica estabelecida por Guerreiro Ramos, que foi o estrangeirismo presente nos primeiros compêndios de sociologia, cujo autor acredita ter sido transplantados da Europa e Estados Unidos.

Dessa maneira, analisaremos em que medida se fez presente esse estrangeirismo citado por Ramos em dois manuais da década de 1930, são eles: *princípios de sociologia* (1935) de Fernando de Azevedo, entretanto a versão que estamos utilizando é o décimo primeiro volume republicado em 1975 e *práticas de sociologia* (1938) de Delgado de Carvalho. Escolhemos esses dois autores pelo fato de que são duas figuras expressivas para a sociologia no Brasil, sendo assim, o nosso intuito no capítulo seguinte será averiguar se a crítica estabelecida faz jus e de que maneira esses compêndios incorporam as teses das correntes teóricas estrangeiras.

Capítulo III

3 Sociologia, a fênix das disciplinas brasileira: Das reformas à produção de manuais.

É notório que no Brasil a sociologia passou por várias inclusões e exclusões no currículo escolar e nesse exato momento corre o risco de ser retirada mais uma vez, juntamente com as disciplinas de filosofia, artes e educação física. Pois, foram incluídas em uma MP (medida provisória) elaborada pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que, visa a retirada dessas disciplinas do currículo escolar. Mais uma vez, nós, cientistas sociais em conjunto com os demais profissionais dessas outras áreas de conhecimento teremos que lutar pela permanência dessas disciplinas, que são avultadas para nossa sociedade.

A primeira vez que surgiu a proposta de inclusão da sociologia no currículo escolar foi com a reforma da educação de 1890, planejada por Benjamin Constant. Na época, Constant era o ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, era considerado um positivista ativo em relação aos seus ideais, sobretudo com a questão da educação em nosso país. Para tanto, a disciplina foi incorporada (1891) no ensino secundário com o nome de Sociologia e Moral e apresentava fortes elementos do positivismo. Todavia, a disciplina não permaneceu por muito tempo no currículo de ensino, pois a reforma de Benjamin Constant não se efetivou de fato, pois acabou sofrendo várias alterações recheadas de instruções e avisos que acabaram por modificar totalmente o caráter que ele havia dado ao ensino.

Talvez, um dos pontos que favoreceu a não efetivação nesse primeiro momento seja o falecimento do próprio Benjamin Constant em 1891⁵⁷, sem ele para articular e levar adiante seus ideais, não haveria empecilhos para as transformações que foram feitas em sua proposta.

⁵⁷ Outro fator a ser considerado é que esse ideal positivista de um Estado centralizado durou pouco no Brasil, logo após a Proclamação da República dá-se início a política oligárquica dominada pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo, convencionalmente denominada de política café com leite.

Outro dado importante foi a alteração do nome do Colégio Pedro II para Ginásio Nacional, esse seria um padrão de ensino para o restante do país, ou seja, tudo que fosse referente ao padrão de ensino da república deveria ser consultado no novo regulamento do Ginásio Nacional.

Portanto de 1890 a 1900, foi um período de vários decretos, portarias e instruções que impediram que a reforma fosse realmente implantada e no ano de 1901, ocorreu a reforma de Epiácio Pessoa, essa concretizou a retirada da sociologia no currículo de ensino. Contudo, a sociologia ficou pouco mais de duas décadas fora do currículo do ensino brasileiro e no ano de 1925 ela ressurgiu no Colégio Pedro II⁵⁸. Fernando de Azevedo (1975) considerou mais duas importantes inclusões da sociologia durante a década de 1920 uma na Escola Normal do Distrito Federal, que foi conduzida por ele mesmo e a outra na Escola Normal de Recife, esta idealizada por Gilberto Freire.

Já no ano de 1931 ocorreu a reforma de Francisco Campos, com ela adveio a perspectiva de uma expansão da sociologia por todo o território brasileiro, contudo, a disciplina teve um problema relacionado à falta de domínio teórico por parte dos professores que estavam lecionando a disciplina. Muitos desses professores eram autodidatas e com formação inadequada para lecionar a disciplina, eles se auto denunciaram a falta de preparo para ministrarem as aulas de sociologia. Nesse sentido, Azevedo (1975) comenta que com a criação da Escola de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo, o ensino de sociologia teria um pilar de apoio com essas novas instituições, cujo envolvidos com a disciplina teriam que se comprometer severamente no que concerne a solidez e orientação, visando extinguir a “má formação” de professores que viriam a lecioná-la. Também, foi durante a década de 1930 que surgiram vários manuais de sociologia, Simone Meucci apontou algo curioso relacionado a efervescência da sociologia durante aquele momento,

⁵⁸ Com a reforma de Benjamin Constant, o Colégio Pedro II passou a ser chamado de Ginásio Nacional e em 1911 com a reforma de Rivadávia Correia, ocorreu o resgate do nome inicial.

É curioso notar como, no Brasil, o ingresso da sociologia nas escolas de nível secundário precedeu a sua introdução na Universidade. Tal fenômeno certamente teve implicações que não foram ainda avaliadas nos estudos sobre a institucionalização da sociologia no Brasil. Exploraremos um pouco dos efeitos desta precedência nos manuais de sociologia produzidos nos anos 30. Rigorosamente, estes livros didáticos foram elaborados sem que houvessem ainda portadores especializados no conhecimento sociológico. Os compêndios elaborados nos anos 30 nos revelam, afinal, as condições – de certo modo dramáticas – de sistematização de uma ciência nova. Nesse sentido, estes livros nos apresentam uma face importante do processo de consolidação do campo sociológico entre nós, ao permitir, a um só tempo, o reconhecimento dos primeiros agentes sistematizadores e a identificação de suas expectativas em relação à contribuição da nova disciplina (desde as mais sofisticadas até as mais vulgares) que estiveram na origem dos esforços para a rotinização da sociologia no Brasil. (MEUCCI, 2007, p.34-35).

Portanto, a necessidade de criação dos compêndios de sociologia nos revelam os esforços feitos para a sistematização da disciplina, mesmo que esses não foram elaborados por pessoas aptas ao trabalho sociológico. Todavia, em 1942, todos os trabalhos que foram realizados para a institucionalização da sociologia se encontraram abalados nesse ano, mediante a aprovação da reforma Capanema, que eliminou mais uma vez a sociologia do currículo. A partir desse momento abriu margem para as discussões e debates sobre a obrigatoriedade da disciplina, uma das quais relatamos no segundo capítulo de nosso trabalho.

Tendo em vista os estudos elaborados por Meucci, que partem de uma outra perspectiva, mas, que a nós foi pertinente por apontar o curioso fato que tange a sociologia em relação a sua iniciação até as publicações dos manuais. A sociologia adentrou inicialmente nas escolas e não nas Universidades, também, foi intrigante as elaborações de manuais por pessoas sem a formação adequada em ciências sociais. Essas curiosidades ao longo de nossa pesquisa, reforçaram ainda mais nosso objetivo na investigação de dois desses manuais que foram produzidos na década citada por Meucci.

O primeiro escrito por Fernando de Azevedo e que segundo Bomeny, o autor chegou nas “Ciências Sociais por um primado sociológico de matrix durkheimiana” (BOMENY, p.239). Da mesma forma, ocorreu com o compêndio de Delgado de

Carvalho, cujo manual nos parece estar carregado de conceitos comteanos e pode ser considerado outro autor de matriz francesa.

Desse modo, nosso trabalho mais expressivo consiste na busca pelo estrangeirismo presente nesses manuais, tal como já mencionado por Guerreiro Ramos. Após a grande polêmica com Florestan Fernandes mediante a introdução do ensino de sociologia no Brasil, nossa análise a partir desse momento tem nas hipóteses de Guerreiro Ramos uma linha mestra, de que há estrangeirismo nos compêndios e isso distanciaria a percepção da realidade nacional e da construção de uma “sociologia em mangas de camisa”.

As exclusões da sociologia não pararam por aí, depois da reforma de Capanema, a sociologia ficou fora dos currículos escolares por um longo período, e em 1982 com o regime militar em declínio, o governo decidiu anexar a sociologia como disciplina optativa nos currículos escolares. Em 1989, por conta da nova constituição que deu autonomia aos Estados, a sociologia reaparece timidamente no currículo de alguns Estados, mas, é no ano de 2008 que ela retornou na LDB (Lei de Diretrizes e Base) como disciplina obrigatória. Contudo, agora em 2016 ela voltou a ser ameaçada e corre o risco de ser excluída novamente. É justamente por esse contexto de inclusão e exclusão que atribuímos a figura da fênix no subtítulo em questão, pelo fato de poder ressurgir cada vez mais forte.

3.1 Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho: Trajetórias, manuais e o compromisso com a sociologia no Brasil

Fernando de Azevedo nasceu em 02 de abril de 1894, mineiro de São Gonçalo do Sapucaí teve destaque no cenário intelectual muito jovem, ainda na década de 1920, no qual integrou o movimento reformador da educação pública, apontando severas críticas ao sistema político da República Velha. Mais adiante, seria um dos responsáveis pela reforma do ensino no país, a partir de experiências feitas no Ceará (1923) e Rio de Janeiro (1926).

Educador, sociólogo e ensaísta foi o principal introdutor das concepções do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) no Brasil. Durkheim assinalava que o sistema educacional moderno ainda tinha necessidade da disciplina própria da vida em sociedade, mas que essa disciplina deveria deixar espaço para a autonomia, a reflexão crítica e a capacidade de escolha.

Em 1926, organizou e dirigiu dois inquéritos para O Estado – um sobre arquitetura colonial e o outro abordando a educação pública no Estado. Ainda nesse inquérito, iniciou campanha por uma nova política de educação, que futuramente finalizaria na criação da USP.

No ano de 1927, no Rio de Janeiro, capital da República promoveu ampla reforma, incentivada pela proposta de extensão do ensino a todas as crianças em idade escolar; articulação de todos os níveis e modalidades de ensino – primário, secundário e técnico, ainda a adaptação da escola ao meio-urbano, rural e marítimo. Além da fundação da Biblioteca Pedagógica Brasileira, importante selo editorial do qual faziam parte a série Iniciação científica, que publicava textos inéditos nesta área, e a “Brasiliana”, a primeira coleção de alto nível de estudos brasileiros. Fernando de Azevedo permaneceu no comando da Brasiliana por mais de 15 anos, revelando grandes cronistas, ensaístas, pensadores e escritores.

Quando redigiu o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, Fernando de Azevedo, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (hoje integra a USP), já havia sido professor de latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte e na Escola Normal de São Paulo (futura Escola Normal Caetano de Campos, a "Escola Normal da Praça", referência a Praça da República, onde estava

situada, local que hoje abriga a Secretaria da Educação do Estado) e dirigido o Departamento de Instrução Pública do e Distrito Federal (RJ), onde orientou a reforma do ensino de 1926 a 1930.

Após a revolução de 1930, Azevedo se tornou o principal formulador de políticas educacionais no país, acompanhado de Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em 1934, ao lado de Júlio de Mesquita Filho, Armando Sales de Oliveira, Almeida Júnior, Vicente Rao, Rocha Lima teve importante papel na criação da Universidade de São Paulo (USP), no qual apoiou o envio diplomático da missão francesa, que por sua influência vieram ao Brasil o historiador Fernand Braudel, os antropólogos Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, além dos geógrafos Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines.

O ano 1932 foi decisivo na carreira de Fernando de Azevedo, ano em que redigiu e foi o primeiro signatário do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, dirigido à Nação e ao governo Vargas. O manifesto dos Pioneiros surgiu de uma disputa com os católicos na IV Conferência Nacional de Educação da ABE⁵⁹, essa situação foi emblemática, pois essa conferência fora revestida de grande notoriedade com a presença de Francisco Campos e do então presidente Getúlio Vargas. Em seu discurso inicial, Getúlio alertou aos presentes para elaborarem a formula de uma pedagogia feliz do então governo revolucionário.

Fernando de Azevedo não estava presente na conferência e apenas Nóbrega da Cunha era representante dos escolanovistas, como a conferência tinha a hegemonia católica, Nóbrega da Cunha dá um golpe de mestre e interpela o presidente da ABE Fernando Magalhães se os presentes na Conferência teriam condições de responder a indagação do então presidente da República, Magalhães responde ser inviável se debruçar sobre tal questão devido a pauta da conferência, que se atinha ao ensino primário e pede para Nóbrega da Cunha encaminhar ao seu grupo e elaborar um documento para ser discutido na próxima Conferência. Nóbrega atente a tal pedido e liga para Fernando de Azevedo que redige o documento e colhe assinaturas de

⁵⁹ A Associação Brasileira de Educação foi criada em 1924 e congregava médicos, advogados, profissionais liberais, professores. Ela se organizava em conferências e praticamente existia duas correntes uma católica e outra dos escolanovistas, entre os quais, uma liderança de destaque era Fernando de Azevedo.

intelectuais importantes no período, após a coleta, publica o documento com preceitos escolanovistas e liberais nos jornais de todo o país como sendo um documento oriundo a IV Conferência Nacional de Educação e da ABE. Assim, nasce um dos principais documentos da educação

O documento que redigiu colocou a educação como o problema nacional de maior importância, acima dos problemas econômicos nos planos de reconstrução do país. A partir do Manifesto, o grupo de educadores formado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho – já identificados com os princípios da Educação Nova –, é violentamente atacado por conservadores e católicos. O crítico Alceu de Amoroso Lima, na época representante do conservadorismo católico, denunciou "o baluarte vermelho em que vão transformando os nossos meios pedagógicos superiores" e classificou de "bolchevismo intelectual" e de "pré-soviética" a pedagogia preconizada pelos idealizadores da Educação Nova. Fernando Azevedo foi um homem ativo, exerceu vários cargos administrativos, engajado na esfera educacional, dentre os quais podemos destacar diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961), na gestão do prefeito Prestas Maia. Professor inveterado, entendia a educação não apenas como ofício e ação, mas também como humanismo, "não está na matéria que ensinamos, mas no espírito que nos anima no ensino de qualquer disciplina e na maneira de ensiná-la", segundo suas palavras.

Seu legado estendeu-se também às ciências sociais, no livro *A cultura brasileira*, publicada como introdução ao censo de 1940, Azevedo nos oferece um dos primeiros estudos a consagrar a centralidade dos fatores econômicos e sociais para a formação da cultura, deslocando a importância ainda atribuída à raça e ao meio físico. Descreve o processo de ocupação do território, define suas fronteiras e aponta os recursos disponíveis para a construção de uma poderosa nação, também identifica

os elementos culturais que estavam transformando o país em uma sociedade moderna, nos moldes ocidentais.

Em *As ciências no Brasil*, de 1956, o autor analisa o processo de implantação da ciência no país e os obstáculos a seu desenvolvimento, consagrando uma interpretação que perdura até hoje. Autor de extensa obra, Fernando de Azevedo escreveu ainda vários outros títulos: *Novos caminhos e novos fins - A nova política da educação no Brasil*, de 1935; *Sociologia Educacional*, de 1940; *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, de 1948; *A educação e seus problemas*, de 1937; *Princípios de sociologia*, de 1935. Em 10 de agosto de 1967, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para a cadeira n. 14, sucedendo Carneiro Leão. Fernando Azevedo faleceu em São Paulo, no dia 18 de setembro de 1974, aos 80 anos.

Fernando de Azevedo, em seu manual denominado *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*, teve por objetivo discutir alguns dos principais conceitos da sociologia europeia e norte americana, de modo que esses conceitos serviriam de norte aos estudantes de sociologia que pretendiam lecionar ou se aprofundarem nas pesquisas acadêmicas daquele período. O manual foi publicado em 1935 e dividido em cinco partes, cada parte contendo capítulos que destacaram as teorias de autores renomados das Ciências Sociais.

Na primeira parte, Azevedo preparou o terreno acadêmico para os alunos e aglutinou questões relacionadas aos fatos sociais: *os grupos, as formas, as atividades e a evolução social* e abriu o capítulo I da primeira parte com *A Natureza objetiva dos Fatos Sociais*. No capítulo II, a atenção foi voltada para *A Diversidade e Complexidade dos Fatos Sociais*. Na sequência o autor tratou sobre *As Sociedades ou Grupos Sociais*. No quarto capítulo relembrou *As Formas Sociais, suas Espécies e suas Causas*. O quinto capítulo levou o nome de *As Atividades dos Grupos e suas Relações com as Formas Sociais*. E para fechar a parte I, Azevedo separou o tema sobre *A Evolução Social*.

A segunda parte, o autor procurou versar sobre temas ao *O espírito Científico no Estudo dos Fatos Sociais* e abriu o capítulo I com *Os Estudos e as Ideias Sociais, da Antiguidade aos Tempos Modernos*, já no capítulo dois o tema central foi *A Constituição de um Ciência Particular do Social*. E, no capítulo seguinte a discussão

girou em torno da emancipação da sociologia com o título de *A luta pela Autonomia da Sociologia como Ciência*.

A parte três o autor nomeou de *Ciência Social*, esse fragmento também possuiu três capítulos como na segunda parte. Esses capítulos estavam na seguinte ordem, *A Sociologia, Ciência Positiva, com Objetivo Próprio; A Aplicação dos Métodos Científicos aos Estudos Sociológicos*; e por último *Os Pesquisadores e a Sociologia Geral*.

Podemos conferir na quarta parte do manual temas acerca das *Escolas Sociológicas do Ponto de Vista do Método* e o capítulo I foi iniciado por *O Método Indutivo Matemático, no Estudo das Ciências Sociais* e seguiu com os capítulos *O Método Psicológico em Sociologia; O Método de Observação Monográfica, Segundo a “Escola da Ciência Social”*; *A Obra Metodológica de E. Durkheim* e por último *O Estado Atual do Problema Metodológico*.

E, ao final o autor se dedicou sobre *As Escolas do Ponto de Vista da Explicação dos Fatos Sociais* e iniciava seu capítulo com *A Concepção Física e Organicista da Sociedade e a Aplicação à Sociologia das Leis Mecânicas e Biológicas* e na sequência *A Interpretação Psicológica da Sociedade e dos Fatos Sociais; A Explicação dos Fatos Sociais e do Desenvolvimento Social por uma Causa Principal; A Concepção Realista e Objetiva dos Fatos Sociais* e para finalizar *As Grandes Correntes Atuais do Pensamento Sociológico*. Ainda, Azevedo separou ao final um tema conclusivo sobre as perspectivas daquela que era considerada uma ciência jovem no Brasil e América Latina.

Já o manual de Delgado de Carvalho foi bem mais sintético e didático comparado ao de Azevedo. Seu manual possui apenas treze capítulos corrido e alguns capítulos possui apêndices. Está dividido assim: Capítulo I - sociologia, conceito, definição, métodos; apêndice 1 – esboço histórico da sociologia. Capítulo II – Formação e fixação dos grupos; apêndice 2 – a solidariedade. Capítulo III – Influências do meio. Capítulo IV – população e tipos étnicos; apêndice 3 – a teoria de Mathus. Capítulo V – mobilidade social; apêndice 4 – imigração e colonização. Capítulo VI – fatores culturais. A) Linguagem, arte e ciência, B) Moral e Religião; apêndice 5 – o progresso. Capítulo VII – Áreas culturais. Capítulo VIII – contratos sociais. A) concorrência e conflito. B) Acomodação, assimilação e integração. Capítulo

IX - Controle social. Capítulo X – a família; apêndice 6 – casamento civil e casamento religioso. Capítulo XI – A escola e a educação. Capítulo XII – O trabalho e a economia; apêndice 7 – a propriedade; 8 – o regime capitalista. Capítulo XIII – O estado e a igreja; A) o Estado; B) A igreja; apêndice 9 – os poderes na constituição brasileira; apêndice 10 – os códigos.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu em 04 de novembro de 1884, em Paris, época em seu pai foi Secretário do Império. Toda sua formação educacional foi em instituições e escolas europeias, onde viveu durante toda a sua juventude, essa bagagem da educação europeia contribuiu para novos estudos que ele viria a realizar.

Delgado de Carvalho investiu na sua educação e adquiriu conhecimentos em diversas áreas, em especial nas humanas. Iniciou seus primeiros estudos em escolas suíças e francesas, em 1905 bacharelou-se em Letras pela Universidade de Lyon, posteriormente ingressou na Universidade de Lausanne no curso de Direito. Nesta mesma época lecionou História da Civilização em um colégio francês, graduou-se na Secção Diplomática na Escola de Ciências Políticas de Paris e a seguir o curso de Ciências Sociais na Escola de Economia de Londres.

Com apenas 22 anos, Delgado chegou ao Brasil pela primeira vez, para produzir sua tese de doutorado e em 1910 lançou o livro “Le Bresil Meridional”, baseado em sua tese de doutorado, que se tornou uma importante referência para os estudos geográficos no país. Delgado de Carvalho se estabeleceu definitivamente no Brasil e buscou se inserir em importantes instituições do campo intelectual brasileiro. Durante a década de 1920, o campo educacional foi travado grandes debates acerca de todos os níveis de ensino e com grande interesse nas questões educacionais, em 1924 participou da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), junto com Everardo Backeuser.

Ainda no início da década de 1920, Delgado foi aprovado para o cargo de professor substituto de Inglês do Colégio Pedro II, instituição de grande tradição e prestígio no cenário educacional brasileiro, além de ter sido o primeiro professor catedrático de Sociologia, cargo importante, visto que o Colégio Pedro II foi a primeira instituição de ensino da Sociologia no Brasil. A partir de 1927, passou a ser responsável pela elaboração dos programas de Sociologia do Colégio Pedro II e em

1930, fora nomeado pelo ministro da Educação Francisco Campos, para o cargo de diretor do Externato do Colégio Pedro II.

No campo da História e Geografia, foi admitido em 1921, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tornando-se sócio honorário já em 1937, vale ressaltar que a efetivação à categoria de sócio honorário representava um grande mérito nos quadros da instituição.

Delgado produziu muitas obras em diversos campos e temáticas, trouxe contribuições válidas até os dias atuais, visto que sua figura altamente participativa em discussões acerca dos rumos da educação nacional. Diante de sua formação europeia e posteriormente conhecimento da realidade brasileira, deixou grandes contribuições principalmente no sentido da docência, no qual o lado humanizado possibilitou manuais com reflexões na sociedade. Dentre suas contribuições para a Sociologia destacam-se Sociologia: Sumários do curso do sexto ano (1931); Sociologia Educacional (1933), Sociologia e Educação (1934); Sociologia Experimental (1934) e Práticas de Sociologia (1937).

Em 1952, Anísio Teixeira assumiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e, em 1953 Delgado já com 69 anos, foi convidado para escrever o manual de História Geral para a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), reafirmando como autoridade no campo da História. Posteriormente, no ano de 1955, Delgado aposenta da sua cadeira de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Brasil marcando assim sua aposentadoria. Após escrever inúmeros títulos que contribuíram positivamente para futuros estudos acerca da Geografia, História, Inglês, Sociologia, entre outros, dos quais se destacam: Geografia elementar (1940); Le Brésil meridional; etude economique sur les etats du sud (1910); Geografia do Brasil. Prefácio Oliveira Lima(1913); Geografia do Brasil (1934); Météorologie du Brésil (1917); Origem e formação da língua inglesa (1920); Dados pluviométricos relativos ao nordeste do Brasil; mapas pluviométricos gerais (1923); Physiographia do Brasil (1923); Metodologia do ensino geográfico (1925); Chorographia do Distrito Federal (1926); História da cidade do Rio de Janeiro; de acordo com os programas das escolas públicas municipais (1926); Geografia econômica (1928); Introdução à geografia política (1929); A escola como ajustamento social (1931); Geographia humana; política e economia (1933); Sociologia educacional (1933); Sociologia

experimental (1933); Sociologia e educação (1934); Sociologia aplicada (1935); História geral; 1ª série secundária e bases para o desenvolvimento nas séries seguintes (1935); Práticas de sociologia (1938); O canto das sereias. Prefácio Fortunat Strowski (1940); Noções de economia e estatística (1941); Geografia física e humana para a 1ª série (1943); Geografia regional do Brasil para a 4ª série (1943); Geografia do Brasil para a 3ª série (1943); Geografia dos continentes para a 2ª série (1943); A excursão geográfica; guia do professor (1945); Cidade e moradores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil (1945); História moderna e contemporânea para a 2ª série ginasial (1946); Súmulas de história colegial para a 1ª e 2ª série colegial (1947/48); Didática das ciências sociais (1949); Brazilian land and people (1955); Elementos de sociologia educacional e fundamentos sociológicos da educação; para uso das escolas normais do Brasil (1956); História antiga (1957); Introdução metodológica aos estudos sociais (1956); La historia, la geografía y la instrucción cívica (1958); História diplomática do Brasil (1959); História medieval (1959); Notas sobre a constituição de 1946 e o ato adicional de 1961 (1962); África (1963); Organização social e política brasileira (1963); História geral (1966); História das Américas (1971); Relações internacionais (1971) e Atlas histórico escolar (1977). Delgado de Carvalho faleceu em janeiro, em 04 de outubro de 1980, no Rio de Janeiro.

Além dos manuais de Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho, podemos conferir que durante a mesma época surgiram vários outros manuais, segundo Meucci,

Com o efeito, entre os anos de 1931 e 1945 cerca de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram publicados no Brasil. Eram, pois, livros introdutórios, compêndios, tratados, dicionários, coletâneas de textos e periódicos destinados ao ensino secundário regular, aos cursos de magistério, faculdades e universidades. Trata-se de um conjunto significativo de obras, revelador do estabelecimento de um sistema de difusão do conhecimento sociológico. (MEUCCI, 2000, p.7)

Os estudos realizados por Meucci referente aos manuais podem ser considerados inéditos no Brasil, a pesquisadora procurou analisar os manuais a fim de encontrar respaldo para os processos que compõem a institucionalização da

disciplina de sociologia em nosso país. Dessa maneira, a autora compreende que os manuais são elementos dispendiosos para o progresso da institucionalização da disciplina, pois, exigiram formulações de estruturas que auxiliaram na confecção e difusão do conhecimento. Os esforços de Meucci foram necessários para trazer à luz e entendimento daqueles que conduziram e legitimaram tais conhecimentos sociológicos que foram sistematizados nos manuais.

Essas contribuições nos interessam para versarmos com nossa hipótese, que é referente a configuração do estrangeirismo presente nos manuais de Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho. Retomando as teses de Ramos, a sociologia brasileira deveria se desvencilhar dos laços que a unia com tais correntes teóricas, pelo fato de que essas correntes e seus métodos não eram aplicáveis para a nossa realidade, justamente por conter vícios que implicariam em erros ao se tratar do Brasil, tal discussão foi devidamente apresentada anteriormente em nosso capítulo II.

Desse modo, damos início as nossas análises sobre os manuais, afim de detectarmos de que maneira constitui o estrangeirismo citado por Ramos, seja ele de modo transplantado ou recontextualizado⁶⁰. Nas palavras de Azevedo, “Os manuais representam, na vida profissional, o coroamento de longos trabalhos de pesquisa, análise, crítica e reconstrução, pacientemente vividos, ordenados e sistematizados.” (AZEVEDO, 1975, p.1). Logo de início em suas primeiras páginas, Azevedo deixou claro que há a possibilidade de seu manual conter elementos que foram repensados à ótica brasileira, ou seja, a reconstrução citada, é um indicativo de que isto estaria presente em seu manual.

Por outro lado, seu forte embasamento no positivismo durkheimiano recomendou-nos a atenção para os fatos sociais, os quais, frisou Azevedo que não poderíamos perde-los de vista, pois, os sociólogos deveriam dominar esse conceito para compreenderem a organização e funcionamento por trás dos fatos sociais. Por fato social compreende:

⁶⁰ A recontextualização teve nos estudos de Basil Bernstein uma referência importante, em seus estudos, o autor define a noção de recontextualização como uma forma de incorporação e adaptação do discurso científico/intelectual, assim recontextualizar não é simples apropriar-se, mas incorporar e readaptar esse discurso vigente.

[...] portanto, uma realidade objetiva e um caráter específico, irreduzível, fundamental. Se a linguagem, as ideias morais, as práticas da vida religiosa, e, em geral, todas as crenças ou maneiras de conduta estabelecidas pela coletividade (instituições), o indivíduo as encontrou, ao nascer, inteiramente feitas, e as recebeu pela educação, e, portanto, por via social, “se elas existiam antes dele, é porque, como observou Durkheim, existem fora dele”. O que significa que essa realidade social, ainda que penetrando a consciência, lhe fica de algum modo exterior. Exterior e superior aos indivíduos que compõem o grupo, ela consiste em maneiras de pensar, de sentir, e de agir, que são dotadas de um poder de coerção em virtude da qual se impõem aos *individuais*, ultrapassam o indivíduo no tempo e no espaço. (AZEVEDO, 1975, p.20).

Durkheim foi o responsável por elucubrações acerca desse conceito⁶¹ que segundo o mesmo reveste qualquer sociedade organizada. Ainda, se dispôs a criar métodos de pesquisa afim de prevenir os erros mais vulgares em ensaios, pesquisas ou teses de quem viesse a exercer a sociologia como profissão. Tais métodos são concebido por ele como universais para alcançar com sucesso os objetivos traçados, mas para isso, o estudante de sociologia teria que aprender passo a passo o seu método sistêmico de análise. Esclarecida essa questão sobre os fatos sociais advindos da corrente francesa, constatamos mais um elemento de desacerto entre Azevedo e o pensamento de Durkheim, em que o autor compreende que,

[...] se isso equivale a aceitar, com Durkheim, a noção da consciência coletiva irreduzível às consciências individuais, - não queremos afirmar, com ele, a ideia de uma consciência coletiva fechada e única, nem admitir qualquer estreiteza ou rigidez esquemática, na concepção da realidade social. As retificações feitas à interpretação durkheimiana do problema da consciência coletiva reduziram ainda mais a distância entre o que aparece como construção científica e o que vivemos e percebemos como realidade. (AZEVEDO, 1975, p.20).

Mesmo que Azevedo tenha discordado em relação a Durkheim referente a consciência coletiva, procuramos indícios sobre uma reestruturação dessa questão,

⁶¹ Para maiores detalhes verificar “As Regras do Método Sociológico”.

entretanto, o que vimos mais adiante é a seguinte exposição em relação aos dois conceitos “consciência coletiva e consciência individual”. A colocação é de Gurvitch e segundo Azevedo,

representariam antes dois pontos de abstratos tomados sobre suas duas direções opostas; ou, por outras palavras, as duas consciências, ditas individual e coletiva, ligadas por uma reciprocidade de perspectivas, - principio posto pela primeira vez por Theodor Litt, “são consubstanciais, pressupõem-se reciprocamente, são imanentes uma a outra, se as tomamos na sua totalidade concreta”.(AZEVEDO, 1975, p.20).

Gurvitch, nasceu na Rússia e se naturalizou francês, dedicou-se ao longo da carreira ao direito, tanto que obteve sua cadeira de direito social na Sorbonne, trabalhou com as linhas de direito positivo, ou seja, seguia a corrente positivista. Nessa perspectiva compreendemos, que apesar da discordância com Durkheim, Azevedo acabou utilizando um conceito de outro positivista. Nesse sentido, ocorreu apenas um aprofundamento do conceito por parte de Gurvitch em relação ao Durkheim.

Ao longo do trabalho nos deparamos com outra questão que merece destaque, percebemos que o autor evitou trabalhar com outros métodos que não o da vertente positivista. É certo que ele citou outras correntes e seus possíveis métodos, entretanto, não os colocaram em voga a ponto de anuência como fez com o modelo de Durkheim. Para tanto, sete capítulos dos que foram explanados por Azevedo eram exclusivamente sobre conceitos e métodos elaborados pelo francês Durkheim. É claro, que devemos compreender a formação das ciências humanas e seus métodos, para isso temos vários autores⁶² que analisaram a fundo essa proposta, em linhas gerais, o que queremos alertar é exatamente o que Pedro Demo referiu,

Ao contexto do “objeto” da pesquisa pertence também o sujeito. Ciências Sociais são simplesmente o produto lógico e social da

⁶² Metodologia Científica em Ciências Sociais de P. Demo; O método científico: teoria e prática de A. Galliano; O que é dialética de L. Konder; Metodologia do trabalho científico de E. Lakatos e M. Marconi; A lógica da pesquisa científica de K. Popper; Dialética do conhecimento de C. P. Junior dentre outros.

atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explica porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora. (DEMO, 1955, p.30).

Ao optar pela não utilização de outras opções metodológicas ou até mesmo ideológicas, Azevedo nos deu um indicativo de que estaria arraigado pelos precedentes da corrente francesa. Mesmo que ele procurasse a pureza da neutralidade para poder reproduzir um fato social como um fato científico, de modo que,

Tanto em física, como em sociologia certamente 'só os fenômenos concretos, muito complicados, nos são fornecidos como *dados*; nós somos, pois, obrigados, para compreendê-los, a decompô-los em outros mais simples; não existe fenômeno *puramente* químico, elétrico ou balístico; somos nós que os supomos tais; para apanhar a realidade em toda a sua complexidade, procedemos *por aproximações sucessivas*, tentando aproximar cada vez mais da teoria a realidade. (AZEVEDO, 1975, p.132).

Ao nosso ver essa concepção é um tanto impraticável, pois seria impossível aproximar a teoria com a realidade quando se utiliza uma corrente teórica, cujo seu teor ideológico foi permeado por ideais conformistas. Como por exemplo;

Se, como aconselha Durkheim, refletir cada um de nós sobre a realidade social que nos cerca, na qual e peça qual vivemos, e que nos envolve como a atmosfera em que respiramos, reconhecemos que a sociedade, sem dúvida, composta de indivíduos, não se pode resolver pela análise nessa pluralidade de consciências, e que, tendo lugar fora de cada um de nós, essa síntese "tem necessariamente por efeito fixar, instituir fora de nós certas maneiras de agir e certos juízos que não dependem de cada vontade particular tomada à parte". Quando eu desempenho minha missão de irmão, de esposo ou de cidadão, exemplifica Durkheim, quando executo os compromissos que contraí, cumpro deveres que são definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda mesmo quando eles estão de acordo com os meus sentimentos e lhes sinto interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não sou eu quem os fez,

mas eu os recebi pela educação. Quantas vezes, aliás, acontece que nós ignoramos o detalhe das obrigações que nos incumbem e, para conhece-los, precisamos consultar o código e seus interpretes autorizados; da mesma maneira, as crenças e as práticas da vida religiosa, o fiel as encontrou todas feitas ao nascer: se elas existiam antes dele é porque existiam fora dele. O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o meu pensamento; o sistema de moedas que emprego para pagar as minhas dívidas; os instrumentos de crédito que me utilizo nas minhas relações comerciais; as práticas seguidas na minha profissão, etc, funcionam independentemente dos usos que delas faço. Que se tomem, uns após outros, todos os membros de que se compõe a sociedade, o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis, pois, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam esta notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. Durkheim⁶³ (1895 *apud* AZEVEDO, 1975, p.204).

Nesse sentido, tanto para Azevedo quanto para Durkheim quando frisaram a proposição de que toda maneira de pensar, agir e sentir foram determinados por algo que estava para além da sociedade e a partir daí não procuraram interpretar se o mesmo fenômeno que imperou sobre a vida em sociedade foi algo bom ou ruim ou muito menos procuraram compreender quais seriam as causas dessas imposições para a sociedade. Para nós essa questão se apresentou demasiadamente confortável para eles, pois ao longo de todos os trabalhos de origem durkheimiana ou se preferirem positivista, não encontramos soluções para essas questões impostas por forças maiores. Para nós faltou algo mais conciso em relação ao aprofundamento. Talvez esperávamos algo mais próximo da realidade, como descreveu Jesus Ranieri na tradução de *Os manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx, o qual referiu que

todos os nossos valores e crenças são oriundos de uma atividade da qual deriva todo e qualquer conceito de *dever ser*. Se a defesa da liberdade do homem é moral ou ética, a base para sua legitimação é aquela solidariedade que cimenta a continuidade do próprio gênero humano, ou seja, um valor nascido e renascido do trabalho. Todo trabalho engendra um valor, pois é atribuição do sujeito que trabalha conhecer minimamente o complexo causal que é objeto da atividade – o complexo causal desconhecido não pode ser mudado pelo

⁶³ DURKHEIM, E. Les règles de la méthode sociologique. Paris: Félix Alcan, 1895.

trabalho, não podendo ser, portanto, criador de valorização humana. (RANIERI, 2010, p.13-14).

O que queremos comparar entre uma corrente e outra é que, o positivismo durkheimiano não procurou estabelecer alguns problemas referente a ontologia do ser social, é claro que eles utilizaram da história para fazer apontamentos sobre as tradições que imperaram em uma determinada sociedade, como por exemplo as religiões, os costumes, dentre outros valores sociais. Já em Marx⁶⁴ é possível encontrarmos um estudo mais aprofundado sobre essas questões, cujo o autor se preocupou em descrever desde o modo de vida primata à evolução do homem em sociedade, bem como os problemas postos pelo sistema capitalista. Seus estudos foram capazes graças ao método que ele mesmo desenvolveu e que foi denominado materialismo histórico dialético. Sem dúvidas é o método mais eficiente para dar continuidade às questões que o Durkheim considerou como fatos sociais, a maneira de pensar, agir e sentir.

Todavia, o método mais próximo ao de Marx que Durkheim compreendeu como aceitável foi o método histórico de Le Play, e quando aplicado as ciências sociais, “como quer Durkheim, é para “estabelecer relações de causalidade, quer se trate de ligar um fenômeno à sua causa, quer se trate, ao contrário, de ligar uma causa a seus efeitos úteis. ” (AZEVEDO, 1975, p.219). Portanto, para Durkheim, o sociólogo só poderia utilizar desse método, quando ficasse subordinado diretamente aos fenômenos sociais e ainda frisou que recorrer a esse método histórico, é correr o risco de se enganar.

Já o manual de Delgado de Carvalho, nos pareceu mais didático em relação ao de Azevedo, que é mais denso. Contudo, o que nos saltou aos olhos é o apreço maior a sociologia norte americana, em atribuiu uma certa exaltação. Em suas palavras,

De todos os países de civilização ocidental, o que mais se tem dedicado a fazer progredir a ciência social, destacam-se os Estados Unidos da América do Norte, logo após a guerra civil dita de Secessão.

⁶⁴ Podemos conferir esses estudo em, Os manuscritos econômico-filosóficos, Sobre a questão judaica, ideologia Alemã, dentre outras obras de Karl Marx.

Nas diferentes Universidades foi penetrado o ensino desta disciplina (Yale, Colúmbia, Chicago). A influência comtista se fez sentir no iniciador do movimento, *Lester Ward (1841-1913)*, um naturalista evolucionista. De matéria universitária, cedo passou a Sociologia para o campo das pesquisas, dos estudos práticos de reconstrução social. Salientem-se *Summer, Small, Cooley, Ross* e outros. Hoje, francamente aliada à antropologia cultural, domina a Sociologia da Universidade de Chicago, onde se destaca *R. Park*. (CARVALHO, 1938, p.29).

Nesse manual, também foi possível identificar com mais clareza a influência do estrangeirismo, pelo fato do próprio autor ter concebido as correntes sociológicas de outros países como modelo para nosso país, o mesmo frisou que “No Brasil foi considerável, no início, a influência da filosofia positivista (Benjamin Constant, Miguel Lemos, Teixeira Mendes).” (CARVALHO, 1938, p.29). O autor confirmou a criação de um templo da humanidade e até 1927 serviu de apostolado positivista, e mais adiante, diz apostar nas interpretações norte americanas, por terem sido mais coniventes em seus métodos, de modo que eram livres de controvérsias de caráter doutrinaria.

Em outro ponto curioso, surgiu a questão sobre o problema social da população, em que o autor tratou de modo simplista, alegou que o problema foi exclusivamente do alargamento da subsistência e do crescimento vegetativo. Nos intrigou, pois naquele período já era possível identificar a causalidade sobre esse tema de modo mais análogo, entretanto, não o fez.

Embora, deixou claro seu apreço pela sociologia norte americana encontramos também elementos do positivismo comteano, exemplo dessa questão está na ideia de progresso, que o autor defini da seguinte maneira,

O conceito mais corrente da palavra “progresso” é o de “mudança para melhor”. No sentido de *progresso social* é o melhoramento na vida da comunidade. *Mudança*, por si só, não é progresso. *Evolução* também não é, pois não deixa de ser simples mudança no sentido de “adaptação às condições” – isto é – no sentido da diferenciação. Mas quem diz “melhoramento” supõe um valor subjetivo no sentido de “mais daquilo que é bom” – é julgamento de valor e, como tal, necessita de um critério.(CARVALHO, 1938, p. 96).

Todavia, apresentou mais duas definições elaboradas por autores diferentes, a primeira é de Case, que definiu o progresso sendo, “tríplice movimento de pessoas e de grupos no sentido da elaboração qualitativa e quantitativa da utilização e da apreciação. ” Case (*apud* DELGADO, 1938, p.98). Essa definição consistiu-se na seguinte ordem, a primeira é física, a segunda é social e a terceira espiritual, já o intelecto não se desvincula de ambas categorias, ele é o diferencial da ação humana.

A segunda definição é a do próprio Comte, e que Carvalho descreveu da seguinte maneira.

[...] acreditando na perfectibilidade progressiva da humanidade, admitia uma ‘previsão social.’ Esta interpretação positivista estava de pleno acordo com a confiança prática e científica que hoje manifestam no progresso os pensadores mais adiantados. Bem diferente foi a atitude de Spencer, cujo individualismo excessivo e bem inglês victoriano e reacionário, deixava tudo às leis da evolução o que combinava alias com a sua aversão á previsão social confiada ao Estado. Mas a psicologia social vai revelando, nas suas pesquisas, as dificuldades e os obstáculos que encontra o Progresso, ainda não implantado nos hábitos, nos costumes dos grupos, por parte dos grandes motores fundamentais da humanidade, a fome, o medo, o amor, a vaidade de um lado, o dos quatro desejos de segurança, da experiência nova, de correspondência sentimental e de reconhecimento do outro. São as chamadas paixões humanas que se opõem à marcha rápida do progresso. (CARVALHO, 1938, p.98-99)

Ainda, alguns fatores para atingir a ideia de progresso nas gerações futuras foram lançados em forma de questionamentos, as respostas se concentraram sobre as medidas científicas, nos aparatos legislativo, nos princípios metodológico que estão por trás da educação, moral, ou seja, todos esses setores estavam ligados ao campo da cultura. Nesse sentido, “são estes os campos de ação em que a preparação individual permite ao grupo, por meio da continuidade social, visar cientificamente os objetos do progresso”.(CARVALHO, 1938, p.99).

Sobre a educação, Carvalho preferiu não adicionar um apêndice com notas sobre os rumos de nossa educação, ele tratou do tema de maneira mais direta, explanou sobre a função social da Escola e a Educação, para o autor

O homem cresce fisicamente, se desenvolve como as demais criaturas; cresce mentalmente, também e a pressão social dá um

cunho de artificialidade ao desenvolvimento do indivíduo: dá-lhe a sua personalidade, moldada pela natureza e pela sociedade. Desde os grupos mais primitivos, atuam tais influencias. A educação é o conjunto destas várias influencias que representam um processo constante de reconstrução e reorganização da experiência, isto é, da perpétua transformação dos elementos cósmicos pelas ações e reações de uns sobre outros e da qual toma conhecimento o indivíduo. Há pois experiência física, experiência cognitiva e experiência espiritual. São níveis educativos sucessivos inter-relacionados. (CARVALHO, 1938, p.165).

Para Azevedo, o tema sobre os rumos de nossa educação em conjunto com a sociologia foi escrito anos mais tarde em um apêndice adicionado ao final de seu manual. É válido lembrar, que essa obra em específico chegou a sua 9ª edição. No apêndice, Azevedo comentou sobre a história da sociologia na América Latina e no Brasil. Sobre o que tange a história da sociologia brasileira, Azevedo classificou tal como Florestan Fernandes havia feito, dividindo-as em três fases o processo de instituição da sociologia e que vimos em nosso primeiro capítulo. E ao final exaltou todos os esforços compreendidos para a construção da nossa educação em conjunto com a sociologia.

Em suas palavras,

Toda essa atividade, intensa e fecunda, que se vem desenvolvendo, no domínio dos estudos e das pesquisas de sociologia e de antropologia social, tinha de provocar, como provocou, um movimento de associação dos que trabalham no campo dessas ciências. A diversidade natural das orientações e tendências, a dispersão de esforços e a necessidade de sua convergência e coordenação, concorreram, com o desenvolvimento dos núcleos de estudos e da produção científica para favorecer as tentativas de uma organização que promovesse o conhecimento recíproco e contatos mais frequentes de especialistas, professores e pesquisadores. Uma sociedade científica, com suas reuniões periódicas e sua, revista, seria a base para melhor compreensão dos problemas comuns, relativos ao ensino e à pesquisa, e o estudo das condições e dos meios para o aproveitamento dos conhecimentos científicos no campo dos problemas sociais. Daí o impulso que adquiriu a sociedade Brasileira de Sociologia em que, 1950, se transformou a antiga sociedade de sociologia de S. Paulo, fundada em 1935. Essa sociedade, de âmbito nacional, com sede em S. Paulo e finalidades estritamente científicas, ramificou-se pelo país, onde conta com mais de cento e cinquenta associados e cinco sessões, já em plena atividade, - as do Distrito Federal, de Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, e Santa Catarina, e outras por organizar. Filiada à Associação Latino-Americana de

Sociologia e a Internacional Sociological Association, aquela com sede em Buenos Aires, esta, em Oslo, na Noruega, promoveu a Sociedade Brasileira de Sociologia, em julho de 1954, o I Congresso Brasileiro de Sociologia, com que inaugurou a série de Congressos que, de acordo com os seus Estatutos, devem realizar-se de três em três anos. Do seu plano de trabalhos constam ainda as “reuniões anuais”, circunscritas a cada uma das regiões, em que já se organizou, e a publicação dos *Anais*, cujo primeiro volume, correspondente ao Congresso que se reuniu em São Paulo, foi publicado em 1955. São todos esses, como se vê, sintomas ou sinais que, evoluindo em conjunto, indicam não só o alto nível como a força de expansão que já alcançaram essas atividades científicas, em pouco mais de um quarto de século. (AZEVEDO, 1935, p.324-325).

Portanto, com o passar de nossas análises apresentadas neste trabalho, independentes de ideologia, é satisfatório chegar ao final e perceber com clareza as vias de nossa sociologia. Concordamos com Azevedo e continuaremos dando continuidade ao nosso trabalho, a fim de enriquecer mais e mais essa disciplina que temos tanto apreço.

3.2 Considerações Finais

Nossa pesquisa propôs uma análise a fim de identificar o estrangeirismo citado por Ramos em relação aos manuais de sociologia da década de 1930, fizemos um longo percurso para alcançar nossos objetivos. Discorrendo e discutindo sobre o campo da institucionalização da sociologia no Brasil, passamos pelos precursores do debate sobre a questão da obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino escolar, Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos, até desembocarmos nos ditos manuais de Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho, para a partir daí estabelecermos com objetividade nossa análise. Desse modo, cabe a nós auferir nossas considerações referentes a cada capítulo aqui trabalhado.

O capítulo I, foi um resgate histórico sobre a implementação da disciplina de sociologia no Brasil, para isso, trouxemos à tona alguns dos principais articuladores e contribuintes que participaram ativamente na longa caminhada de institucionalização da disciplina. Também, tivemos o cuidado de não deturpar a história que está por trás da institucionalização, pois se tomada somente por uma via de informação, o entendimento total desse processo pode ser interpretado de modo ingênuo. E para que isso fosse possível, retrocedemos para o Brasil Colônia, com as sérias contribuições de Wanderley Guilherme dos Santos, assim, foi possível remontarmos as engrenagens que se articularam com as contribuições de Florestan Fernandes. Embora, o ponto de vista de Florestan seja um tanto quanto controverso em relação as perspectivas de Wanderley Guilherme, estabelecemos um bom debate acerca dos processos que impulsionaram a efetivação da sociologia como ciência e disciplina no Brasil.

Portanto, em relação a descrição histórica e sistemática que cada um desses dois autores estabeleceu, a mais interessante aos nossos olhos, é a posição de Wanderley Guilherme, justamente por ele trabalhar com o método histórico dialético, o qual o autor livre de taxação, descreveu com coerência e seriedade o nosso passado em relação a educação ligando com os fatos empíricos de nossa sociedade. Já a perspectiva de Florestan Fernandes, se apresentou de modo indutivo, exatamente por descrever um passado que foi remontado de acordo com os interesses políticos que estavam por trás da institucionalização da sociologia.

O segundo capítulo, sem dúvidas foi o mais instigante para nós, trouxemos duas figuras que contribuíram fervorosamente para o enriquecimento da sociologia brasileira. Novamente Florestan Fernandes e outro isebiano, desta vez Alberto Guerreiro Ramos, mas agora o embate foi sobre a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio e as propostas de como deveriam ocorrer o ensino de sociologia em âmbito escolar. A discussão foi envolvida por vários ataques e refutações de ambas as partes, mas foi Guerreiro Ramos que elencou a problemática sobre a sociologia que se ensinavam durante os anos iniciais pós a institucionalização. Ele alegou que a sociologia que estava sendo ensinada no Brasil, não condizia com a nossa realidade, pois continha muito elemento do estrangeirismo e isso acarretaria em erros metodológicos quando empregados aqui, uma vez que a disciplina foi concebida em terras estrangeiras, logo, seu método e aplicação era exclusivo para ser utilizado na França. Com isso, elaborou a proposta de uma sociologia puramente brasileira, voltada às suas raízes. Foi por meio desse debate que retiramos nosso objeto principal, que consistiu na análise dos manuais, a fim de verificar de que modo o estrangeirismo citado por Ramos se configurava nesses compêndios de sociologia.

Já o capítulo III, foi o nosso capítulo principal, pois coube a nós verificar o estrangeirismo presente neles. Dessa forma, ficha-los foi um papel importantíssimo para a verificação de tal hipótese.

Demos início as análises com o manual de Fernando de Azevedo e que ao nosso ver é denso e um tanto quanto complexo, pois implicou o conhecimento aprofundado sobre o positivismo, para além do que tivemos contato durante a graduação, pois, o manual contém vários autores de base positivista que passam despercebidos nas grades curriculares de nossas universidades. Na sequência foi a vez do manual de Delgado de Carvalho, essa mais simples e didático. Os elementos ali contidos fazem menção direta as correntes estrangeiras, principalmente a norte americana, cujo autor acaba deixando bem claro o seu apreço.

Embora, Azevedo verse bem sobre as três correntes sociológicas, (francesa, alemã e norte americana), é nítido o quanto valor ele atribui a corrente francesa, chegando a dedicar capítulos específicos à ela, ou contrário de Delgado que procurou delimitar mais entre a corrente francesa e norte americana.

Dessa forma, podemos afirmar sem sombra de dúvidas que a crítica estabelecida por Guerreiro Ramos, referente ao estrangeirismo presente nos compêndios, confere, pois, a adoção dos métodos e processos das correntes europeia e norte americana permearam massivamente esses manuais, de modo, que esses métodos não contribuem para esclarecerem os problemas da nossa sociedade. Segundo Ramos,

Abram-se os nossos compêndios de sociologia. um ou outro foge à regra: em geral, cada um deles traz de tudo, arrola autores e sistemas, sem proporcionar ao aprendiz um critério diretivo de crítica. Como quem insinua: o educando que procure a verdade sociológica, tirando um bocadinho daqui outro bocadinho dali. Pois esses compêndios de que falo, a quase totalidade dos que escrevem nestas bandas, supõem esta enormidade: que existe uma verdade sociológica, eterna, imutável, *au-delà* da contingência histórica, resultante da média agregativa de todos os sistemas.(RAMOS, 1995, p.108).

Portanto, as bases contidas nos manuais realmente implicam em vícios metodológicos.

Exemplo maior sobre esse fato é a maneira como conduzimos os trabalhos acadêmicos, no qual temos que delimitar o objeto de estudo, elaborar uma hipótese, escolher o método a ser utilizado, fazer um levantamento bibliográfico, enfim, exemplos que perduram até hoje via tradição acadêmica francesa, alemã e norte americana.

Continuamos a análise à procura de elementos que indicasse uma reformulação desse estrangeirismo, tanto em Azevedo como em Delgado, e não obtivemos resultados positivos, nenhum dos autores se preocupou em fazer uma recontextualização dos métodos estrangeiros para a nossa realidade local.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. N. A sociologia de Florestan Fernandes – Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.22, n.1 – p.9-27 – jun. 2010.

AZEVEDO, F. Debates. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. *Anais*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p.324-328.

_____. de. *Princípios de Sociologia*: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 11^a edição. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

_____. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (org.) **As ciências no Brasil**, 2^a edição, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BARIANI, E. Nacional por depuração Guerreiro Ramos e a redução sociológica-Perspectivas, São Paulo, n.28, p.105-118, 2005.

_____. Padrão e Salvação: O debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos-Cronos, Natal-RN, v.7, n.1, p.151-160, jan/jun. 2006.

_____. Guerreiro Ramos: Uma sociologia em mangas de camisa – CAOS – Revista eletrônica da ciências sociais, n.11, p. 84-92, out 2006.

_____. Guerreiro Ramos e a Redenção Sociológica: Capitalismo e a Sociologia no Brasil. Faculdade de Ciências e Letras, 2008. Apresentado originalmente como tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, 2008.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n.120, p.75-110, novembro/2003.

BRANDÃO, Z. História de Educação e Ciências Sociais: Desafios Atuais – org-GONDRA, J. G.; SIMÕES, R. H. S. Invenções, tradições e escritas da História da Educação, Espírito Santo: EDUFES-2013,p.357-366.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 3, de 26 de Junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 ago. 1998.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio - bases legais, linguagens, ciências da natureza e matemática, ciências humanas. Brasília: Ministério da Educação, Brasília,1999.

BRASIL. Orientações Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução nº 04 de 16 de agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de agosto de 2006, seção 1, p.15.

BRASIL JR, A. A Reinvenção da Sociologia da Modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970) – Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. II, n.1,p.229-249, jan/abr. 2013.

BRITO, S. H. A. A Produção de Manuais Didáticos e o Ensino de Sociologia na Escola Média em Dois Momentos Históricos (1935 -1989) – Revista HISTEDBR, Campinas, n. especial, p.58-75, mai 2010.

CANDIDO, A. *Florestan Fernandes*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. A Sociologia no Brasil – Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.271-301, jun. 2006.

CARDOSO, M. L. Para uma História da Sociologia no Brasil: A Obra Sociológica de Florestan Fernandes Algumas Questões Preliminares – Texto da conferência proferida no IEA- Dez 1994.

CAVALCANTI, M. L. V. Fundo Oracy Nogueira: Breve notícia de um capítulo das ciências sociais no Brasil 1940/1960, Porto Seguro -BA, p.1-14. 2008.

CARVALHO, Delgado de. *Práticas de sociologia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938.

COSTA, D.V.A. Florestan Fernandes e o Ensino na Escola Média Brasileira-Revista inter-legere-n.9, p.40-60, jul.2011.

CUNHA, M. V. Ciência e Educação na década de 1950: Uma evolução com a metáfora percurso* - Revista Brasileira de Educação, n.25, p.116-126, jan/abr. 2004.

DIAS, F.C. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil, Em Aberto - Brasília, ano 9, n. 46, p. 33-46 abr/jun 1990.

DUKHEIM, E. A Evolução Pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 325p.

FARIA, J. H. Consciência Crítica com Ciência Idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos - Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v7, artigo 3, p.420-446.

FEIJO, F. Breve História do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil – Revista Percurso, Florianópolis, v.13, n.13, p.133-153, jan/jun 2012.

FERNANDES, F. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. *Anais*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p.89-106.

_____. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, p. 28-78, jul/ set. 1959.

_____. A sociologia numa era da revolução social. São Paulo: Nacional. 1963.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 157 p.

_____. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976. 272 p.

_____. Da guerrilha ao socialismo: A revolução cubana. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 352 p.

_____. Nós e o marxismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 64 p.

FILGUEIRAS, F. B. Guerreiro Ramos, A redução Sociológica e o imaginário Pós-Colonial, *Caderno CRH - Salvador*, v.25, n.65, p.347-363, mai/ago 2012.

FREITAG, B. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos Avançados*, 19 (55), p. 230 – 243, 2005.

HOBBSBAWN, E. A Invenções das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 316p.
_____. C. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 6ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

IANNI, O. Sociologia e Sociedade no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 137p.

_____. Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 512 p.

_____. Pensamento Social no Brasil. Bauru, SP: Edusc, 2004. 350p.

JACKSON, L. C. Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1934-1969), *Tempo Social*, São Paulo, v.19, n.1, p.115-130, jun 2007.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a Defesa da Educação Pública – Educação e Sociologia, *Campinas*, v.33, n.121, p.1157-1173, out/dez 2012.

LIEDKE FILHO, E. D. Sociologia Brasileira: Tendências Institucionais e Epistemológico-teóricas Contemporâneas – *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n.9, p.216-245, jan/jun 2003.

_____. A Sociologia no Brasil: História teorias e desafios – *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.14, p.376-437, jul/dez 2005.

LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In MICELI, Sergio; MASSI, Fernanda (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, São Paulo: Idesp, 1989.

MACHADO, V; TOTTI, M. A. Do debate acerca da implantação da disciplina de sociologia no currículo escolar no interior do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia aos desafios atuais. In: *Cadernos de docência na educação básica II*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (no prelo).

MAIA, J. M. E. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro – Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.26, n.2, p.71-94, mai/ago 2011.

_____ A Sociologia Periférica de Guerreiro Ramos – Caderno CRH, Salvador, v.28, n.73, p.47-58, jan/abr 2015.

MARTINS, T. G. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – 2008, Apresentado originalmente como tese de doutorado, UNICAMP, 2008.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos; tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MATOS, B. T. P. Diálogo de Surdos: Academia e política nas trajetórias de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos – Cadernos Linhas Críticas, 1997.

MEUCCI, S. A Institucionalização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais e cursos – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – 2000, Apresentado originalmente como dissertação de mestrado, UNICAMP, 2000.

_____ Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas – Mediações, Londrina, v.12, n.1, p.31-66, jan/jun 2007.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o retrato – Tempo Social, São Paulo, p.5-20, abr 2003.

_____ Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade – Cad. Cedes, Campinas, v.31, n.85, p.359-382, set/dez 2011.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. 1ºed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

NOGUEIRA, M. A. A sociologia da Educação do Final dos Anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução – Em Aberto, Brasília, ano 9, n.46, p.49-58 abr/jun 1990.

OLIVEIRA, S. R. FERREIRA, C. S. Voltando para casa: (re)encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta – Caderno EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.1-9, mar 2007.

OLIVEIRA, L. L. O olhar Sociológico de Guerreiro Ramos – Mnemosine, Campina Grande, v.2, n.2, p.183-190, 2006.

RAMOS, A. G. (1953). *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro: [s.ed.].

_____. Debates. In: *I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. Anais*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p.324-328.

_____. (1957). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes.

_____. (1960). *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga.

_____. (1961). *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1996). *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RODRIGUES, L. S. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres discípulos e um seminário (1958-1978) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas – 2011, Apresentando originalmente como tese de doutorado, USP, 2011.

SANTOS, W. G. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira". In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. Duas Cidades, São Paulo, 1978.

SEGATTO, J. BARIANI, E. As ciências sociais no Brasil: Trajetória, História e institucionalização – Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v.7, n.25, p.201-213, jul 2010.

SILVA, T. T. A Sociologia da Educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os problemas de uma tradição – Em Aberto, Brasília, ano 9, n.46, p.3-12, abr/jun 1990.

SHIOTA, R. R. Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria da sociedade brasileira? – Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010, Apresentado originalmente como dissertação de mestrado, UNESP, 2010.

TADEU, T. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o Pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. *Em Aberto*, Brasília, ano 9. n. 46, abr. jun. 1990.

TOTTI, M. A. *Raízes do pensamento educacional de Fernando de Azevedo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

_____. Recontextualização e retórica na argumentação de Fernando de Azevedo ou um possível diálogo com o marxismo?. *Linguagens Educação e Sociedade*. Teresina, ano13, n.18, p.21-33, 2008.

_____. Ciência e educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes: das rupturas paradigmáticas à análise retórica – Faculdade de Ciências e Letras-2009, Apresentado originalmente como tese de doutorado, UNESP-2009.

_____. Florestan Fernandes e a construção de um padrão científico na educação brasileira. In: XAVIER, Libânea et all. (org.). **História da educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: Edufes, 2011.

_____.; SANTOS, E. F. Do Debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos à Análise dos Compêndios de Sociologia de da Década de 1930: alguns apontamentos e possíveis recontextualizações – Aurora, Marília-SP, v.8, n.1, 2014.

VERAS, E. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo, Cortez, 1997.